

Imposto sobre automóveis: novos critérios

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis, com o intuito de simplificar a cobrança e de proporcionar maior justiça tributária...

A "Época" não será vendida

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

Imposta a distribuição de gás ao domicílio

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

Mapa adopta auto-determinação

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

Pinto Machado no PPD

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

M. Soares em Moscovo

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

BIP e Torralba: Prisão de administradores revela irregularidades

FOR A ATUALIZAÇÃO de parte do sistema tributário, o BIP e Torralba, administradores da empresa, foram presos por irregularidades...

Portugal num quadro de independência nacional aceita auxílio dos EUA

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

Petrosal + Sacor + Sonap - (con) fusão

Os EUA e Portugal: esperar para ver

Integridade das carreiras jurídicas e experimento piloto em Santa Maria

Congresso do Partido Socialista

Eleição indirecta da comissão politica e Mário Soares incontestado

PROGRAMA

"Cimeira" da esquerda tradicional espanhola em Lisboa

A TRADIÇÃO da esquerda tradicional espanhola...

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

REVISÃO DO Imposto de Produtos de Consumo, de 22 de Junho de 1974, alterando o Regulamento e Regime de Imposto sobre os Automóveis...

Audemars Piguet - Le plus prestigieux des signatures



Imposto sobre automóveis: novos critérios

O SECRETÁRIO de Estado do Orçamento, dr. Costa Leal, e o director-geral das Contribuições e Impostos efectuaram, no decurso da semana que hoje acaba, reuniões com representantes do sector automóvel e do Automóvel Club de Portugal, com vista à alteração da tabela inicialmente proposta para o imposto de selo sobre os automóveis.

Embora estas reuniões ainda não tenham terminado, presume-se que se adopte um critério diferente e mais justo, aliviando os proprietários de carros de cilindradas mais baixas (note-se que, dos 700 000 veículos em circulação, 21% são de cilindrada superior a 3000cc; 53% tem cilindrada entre 1000 cc e 1300 cc; 12% entre 1300 cc e 1750 cc; 13% entre 1750 cc e 1600 cc; e só 1% acima de 2600 cc). Por outro lado, na revisão da tabela inicial procura-se-á beneficiar os utentes de carros em segunda mão, sobretudo os que possuam automóveis com mais de 5 anos.

Dentro deste novo prisma, presume-se, que, por exemplo, quem tenha um carro com cilindrada entre 1000 cc e 1300 cc venha a pagar imposto cerca de Esc. 1 000 000, se a viatura tiver menos de 5 anos, e cerca de 500 000, se a viatura tiver mais de 5 anos.

Os cofres do Estado não serão prejudicados com as alterações em estudo, estimando-se até que a receita a obter seja 2,5 vezes superior à anteriormente prevista.

A "Época" não será vendida

SALDARAM-SE por um imenso as conversações que decorrem esta semana entre as três entidades inicialmente interessadas na aquisição das instalações da Companhia Nacional Editora, proprietária do jornal "Época", pelo que o caso vai ser imediatamente apresentado ao Conselho de Ministros.

De facto, e logo após a concessão da publicação do jornal, o Ministério da Comunicação Social recebeu propostas vindas das editoriais "Avante" e "República" e da Intersindical que propunham o aproveitamento das instalações daquela empresa, actualmente em más circunstâncias financeiras, como referimos atrás noutra página.

Não tendo sido conjugados os interesses daquelas três entidades e não interessando ao governo a venda da CNE, o problema será resolvido na próxima sessão do conselho ministerial com a provável declaração de falência.

Imposta a distribuição de gás ao domicílio

NA LINHA do processo que se vinda desenrolando, devido a problemas relacionados com a fixação das margens comerciais, alguns revendedores de combustível decidiram suspender a distribuição ao domicílio.

Frente esta atitude, o governo, — através do secretário de Estado da Indústria e Energia, eng. Torres Campos — convocou para uma reunião os representantes da ANAREC (Associação Nacional dos Revendedores de Combustível) aos quais ordenou a adopção de medidas tendentes à normalização imediata da distribuição de gás ao domicílio.

Esta intervenção governamental ficou a dever-se ao carácter infrutífero de que se revestiram as tentativas de conciliação.

Na sequência desta reunião, os dirigentes da ANAREC (através de um comunicado à imprensa), anunciaram o seu pedido de demissão.

Entretanto, num comunicado dos revendedores afirma-se que a respectiva associação tomou "conhecimento de ser possível uma intervenção das autoridades" e "recomenda-se aos revendedores que se respeitem as suas ordens, solicitando-lhes, custoso, a notificação por escrito de qual a disposição legal invocada para a sua intervenção".

O boicote dos revendedores à distribuição do gás ao domicílio havia demoradado, além das naturais reacções de descontentamento dos consumidores, tomadas de posição de sindicatos dos Empregados em Garagens, Estações de Serviço e Stands de automóveis de Lisboa e ainda dos trabalhadores da Cidfa, Sacor, Shell e Sonap, condenando a manobra patronal.

Mapa adopta auto-determinação

O MAPA, até aqui Movimento para a Autonomia do Povo Açoreano, passou a ter existência legal, ao abrigo da lei reguladora das associações, segundo escritura publicada na imprensa dos Açores de ontem. A sigla (MAPA) mantém-se, mas a designação altera-se para Movimento para a Auto-Determinação do Povo Açoreano. Os órgãos directivos do Movimento serão em breve eleitos, sendo a escritura de constituição subscrita por 10 pessoas. Entre os nomes mais ligados ao MAPA, avultam os do eng. Costa Matos e de Bruno Carreira.

Entretanto, confirmam-nos dos Açores que, durante a sua estadia no arquipélago, no decurso da última semana, o ministro sem pasta major Melo Antunes não teve contactos com elementos do MAPA.

Pinto Machado no PPD

O PROFESSOR Joaquim Pinto Machado, da Universidade do Porto, adrita ao Partido Popular Democrático, Pinto Machado foi um dos mais activos membros da chamada ala liberal na Legislatura 1969/1973.

No decurso desse período, apesar de ser deputado foi mobilizado para Angola, de onde regressou há alguns meses.

M. Soares em Moscovo

SEGUNDO INFORMAÇÕES provenientes de Nova Iorque, o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, deverá deslocar-se a Moscovo, no princípio do ano próximo, no regresso da sua visita à União Indiana.

Democracia económica e legalidade

A DETENÇÃO de administradores de algumas das mais conhecidas empresas portuguesas levanta pelo menos, duas questões.

Em primeiro lugar, a da corrupção que reinava no regime deposto e da imunidade que os autores de crimes económicos desfrutavam. Para além da eventual culpabilidade dos empresários agora presos, há o problema mais vasto da mentalidade que o regime anterior criou e alimentou. Quem fosse apanhado a roubar galinhas tinha o nome nos jornais, a reputação estragada perante a sociedade e alguns meses de cadeia. Quem se especializasse em colocar dinheiro no estrangeiro ou em outras manobras financeiras ilegais, subia na escala social e política, tornava-se influente e não era, de qualquer modo, considerado um criminoso.

A esta degeneração de valores se habituou muito boa gente, a mesma que se chocava quando o EXPRESSO, nas suas páginas económicas, revelava os discretos negócios dos grandes grupos ou distinguia entre os pequenos e os grandes na Bolsa.

Com o 25 de Abril, a mentalidade criada durante 48 anos de ditadura de direita não se dissipou de um dia para o outro. Houve quem pensasse que podia proceder como antigamente. Houve quem continuasse a pensar que esse tipo de procedimento era natural. E houve também quem se apercebesse que as coisas iriam mudar e colocasse — sem grandes dificuldades, frise-se bem — o seu dinheiro no estrangeiro, passando a viver em Paris ou no Brasil e a vir a Lisboa de quando em quando, "para mostrar que não está fugido" (mesmo neste último caso, note-se que a mentalidade — as obrigações para com o país, por exemplo — não se modificou).

Estão agora detidos alguns administradores acusados de sabotagem económica. A sua detenção é um sinal de alarme para os muitos que ainda conservam a mentalidade acima definida: o regime anterior caiu por as suas instituições políticas estarem contaminadas pela podridão das suas estruturas económicas.

Vivemos, durante quase cinco décadas, sob um regime autoritário que se preocupava muito mais com as solicitações e os desejos de um grupo reduzido de detentores do capital do que com as necessidades e os anseios reais do povo.

Mas o sinal de alarme só funcionará efectivamente — e esta é a segunda questão que a detenção dos administradores de empresa levanta-se às detenções agora efectuadas se seguirem os interrogatórios e a instrução, de acordo com a lei vigente, o julgamento, a condenação dos culpados e a libertação dos inocentes.

A falta de informação, mais de dois meses decorridos, sobre os acontecimentos do fim de semana de 28 de Setembro, a manutenção em Caxias e noutros locais de pessoas presas nessa altura e nas semanas seguintes, a morosidade dos interrogatórios, as dificuldades dos advogados e das famílias em conversarem com os detidos — tudo isto retira credibilidade à luta anti-fascista (como retirará à luta anti-monopolista, se se seguir o mesmo sistema relativamente aos empresários detidos na madrugada de ontem).

Poderá, é certo, argumentar-se que vivemos uma complexa fase de transição, numa situação pré-democrática. Mas, se se pretende marcar uma clara diferença em relação às arbitrariedades do fascismo — e os que aderiram ao MFA e seu programa fizeram-no, na sua esmagadora maioria, por acreditarem que é essa a verdadeira intenção — não é possível nem aconselhável prender pessoas sem prazo e sem culpa formada, protelar ou não fazer os interrogatórios, impedir a assistência dos advogados, etc.

Esses processos eram típicos do fascismo e o novo regime não pode permitir-se adoptá-los.

A detenção dos empresários tem em conclusão, possibilidade de representar, mais do que simbolicamente, um importante passo para a implantação em Portugal da democracia económica, que, como a democracia social, é complemento indispensável da democracia política. Tal só se verificará, no entanto, se o respeito devido à legalidade tiver a prioridade absoluta que merece em qualquer sociedade democrática (ou em vias de o ser).

OS EUA E PORTUGAL: ESPERAR PARA VER?

NA REUNIÃO de Novembro, em Londres, da Assembleia dos parlamentares da NATO, um dos principais responsáveis de uma das Comissões afirmou, no decurso de um debate que "os americanos não aceitarão a existência em Portugal de um Governo social democrático ou socialista". E a mesma pessoa, um parlamentar europeu de esquerda, acrescentou: "Se os Estados Unidos continuarem a actuar em Portugal como o têm feito até aqui, não nos abandonemos que os portugueses se retirem da NATO ou, pelo menos, adoptem atitude semelhante à dos gregos, abandonando todos os compromissos de carácter militar".

A delegação dos Estados Unidos presente à reunião não soube ou não quis contestar estas afirmações (tratando-se de uma reunião de parlamentares, que estão presentes a título pessoal, não tinha em rigor que o fazer). Os senadores e membros da Câmara dos Representantes que abordaram o caso português, em resposta às acusações do parlamentar europeu, limitaram-se a afirmar que, "depois do sucedido no Chile", a CIA tinha agora instruções para se comportar de modo diferente" e que "competia aos portugueses resolver os seus próprios problemas".

Que pensam, de facto, as entidades responsáveis americanas, dentro e fora dos órgãos de soberania, sobre Portugal pós-25 de Abril? Que projectos alimentam (ou não) em relação ao nosso país? Que tipos de intervenção (ou não intervenção) preconizam relativamente ao país mais ocidental de uma Europa em ebulição?

Regressei, no domingo passado, dos Estados Unidos, onde entre outras coisas, procurei obter resposta para estas perguntas.

Ouvi personalidades tão diferentes como o secretário de Estado, Henry Kissinger, e o advogado John Douglas (da Associação dos Advogados para os Direitos Cívicos e Presidente da Associação dos Advogados de Washington), os senadores Edward Kennedy (ex-futuro candidato à Presidência dos Estados Unidos) e Sparkman (que presidirá, a partir de Janeiro, à Comissão de Relações Exteriores do Senado), o jornalista Steven Rosenfeld (responsável pelos editoriais de "The Washington Post" sobre Portugal) e o jornalista Graham Hovey (responsável pelos editoriais de "The New York Times" sobre Portugal), os colonistas James Reston (talvez o mais influente jornalista americano) e Tad Szulc (que fala português-brasileiro e foi expulso de Portugal no tempo de Salazar), os professores Plank (opositor da intervenção da CIA no Chile) e Jack Hammond (preocupado com a CIA em Portugal), os embaixadores Carlucci (futuro chefe da missão diplomática americana em Lisboa) e McCloskey (principal negociador das Lajes, do lado americano), etc. Visitei organizações internacionais (ONU, FAO, BANCO MUNDIAL) e nacionais (americanas). Conversei, em cinco Estados, com portugueses e luso-americanos e deles colhi a experiência de um país que conhecem melhor que eu (e do qual, em termos gerais, gostam).

Muito do que me foi revelado nestes contactos tem carácter reservado e não pode ser divulgado (até porque viajei nos Estados Unidos integrado numa delegação do Partido Popular Democrático e foi nessa qualidade que se proporcionaram a maior parte das entrevistas referidas e várias outras). Nada me impede, no entanto, de escrever a minha opinião pessoal sobre o que julgo ser a posição de alguns dos "opinion makers" (fazedores de opinião) americanos acerca do presente e do futuro de Portugal.

Expresso

74-12-14 R 17

Ignorância, pequenez e importância

Antes de mais, há que salientar a ignorância que reina nos Estados Unidos a respeito do que sucede em Portugal. Para além da opinião pública estar pouco ou nada informada (não esquecermos que os jornais aqui mais citados — «New York Times» e «Washington Post» — têm uma expansão meramente regional e atingem apenas determinadas camadas), o pouco que se conhece de Portugal está reduzido a clichés demasiado simplistas e, em alguns casos, contraditórios: os comunistas tomaram conta do país, a saída do general Spínola acabou com as esperanças de criação de uma democracia pluralista, os elementos das Forças Armadas instalaram-se no poder, etc. Alguém com responsabilidades

políticas, por exemplo, perguntá-vos, se continuava a haver grandes distúrbios de rua em Portugal; quando lhe dissemos que não e que não era esse o problema, mostrau-se aliviado (sinceramente, aliás) e comentou: «Ainda bem! Isso significa que o vosso Parlamento está a funcionar muito bem.»

Aqui o caso português é para o americano normal, um pequeno caso. E, para o americano com responsabilidades no Governo ou nos meios de comunicação social, constitui um problema entre vários outros, alguns dos quais, como a crise do Médio Oriente, a situação na África Austral, ou o caso do

Sueste Asiático, francamente prioritários.

No âmbito da NATO e da política europeia em geral, já o que sucede em Portugal adquire, para os Estados Unidos, uma maior importância. A crise da Aliança Atlântica (que, entre outras coisas, não foi capaz de evitar um conflito armado entre dois dos seus membros, Grécia e Turquia, a propósito de Chipre), a expectativa (muito recente) de conclusão das negociações Giscard — Brezhef) acerca das demoradas negociações da Conferência de Cooperação e Segurança Europeia, o moroso progresso das negociações MBFR e SALT II (grupos de que apertar de Vladivostok, as facilidades em

matéria de acordos económicos ou de direitos humanos não atenua as dificuldades relativas ao nó do problema; o desarmamento, a redução de forças, a limitação de armas estratégicas), a perspectiva muito concreta e a curto prazo de nova guerra no Médio Oriente (e a aproximação cada vez mais notória entre vários Estados europeus e os países árabes), as tensões sociais e económicas nos países da Europa meridional (e o papel crescente dos Partidos Comunistas respectivos)

— todos estes factores levam Washington a preocupar-se com Portugal, como país europeu (e ibérico), e membro da NATO (flanco sul), com soberania sobre a base das Lajes.

O moderno Tratado de Tordesilhas

O moderno Tratado de Tordesilhas celebrado entre os Estados Unidos e a União Soviética não é um instrumento estável e aberto que permita a qualquer das partes apelar para o Tribunal Internacional de Haia quando entende que o outro cometeu uma infracção. As duas super-potências vigiam-se atentamente, na América Latina como na Ásia, em África como na Europa, e conservam larga capacidade de manobra para aproveitarem os erros que a outra cometa.

Os americanos sabem que os russos, depois de um longo período de silêncio, começaram esse ano a tirar as consequências daquilo que consideram as suas falhas no Chile. Este exercício de auto-crítica tornou-se mais evidente depois do 25 de Abril em Portugal. E assim que Boris Ponomarev, um dos responsáveis pelas relações entre Moscovo e os Partidos Comunistas que não desejam no poder (que, já em Janeiro, se referia a uma «mudança qualitativa na crise do capitalismo», que abrirá «novas possibilidades revolucionárias» na Europa Ocidental aconsoada, em artigo publicado em Junho, a utilização dos «mais largos meios de luta, inclusive na necessidade de «privar o inimigo de classe dos meios de informação de massas e de propaganda», e advoga que a chefia das forças militares deve ser retirada em «chefes tradicionais», de modo a que possam ser transformadas numa «força revolucionária».

É assim que Kudaçhkin colega de Ponomarev, no departamento internacional do Comité Central, preconiza a rápida nacionalização do sector privado sem indemnização. E assim que A. Sobolev, importante ideólogo do Partido, recomenda, também em artigo recente, a criação de organizações de massa tradicionais, controladas pelos comunistas, que «obriguem as classes exploradoras a curvar-se perante a vontade do povo.»

Os americanos sabem tudo isto. Sabem também que, em Itália e França, o papel dos partidos comunistas transcende, hoje em dia, a mera respeitabilidade democrática, a simples candidatura ao poder através dos votos (um artigo publicado em Outubro, uma revista jugoslava, Dragan Vukobratovic, depois de perguntar se «a Itália pode continuar a ser governada sem os comunistas», sustenta que «gratifica a estrutura social apenas prolongará a agonia de um sistema político ultrapasado» e conclui: «A verdadeira saída só pode ser encontrada na esquerda, única força capaz de (...) resolver os candentes problemas económicos, políticos e sociais da Itália de hoje»). Sabem ainda que, em Espanha, a situação pode evoluir, quase de um dia para o outro, em termos muito semelhantes aos portugueses.

Os americanos sabem tudo isto e, no que toca a Portugal, inquietam-se com determinados aspectos que

consideram correspondder à implantação da tese de Ponomarev e seus colegas: o 25 de Setembro, as prisões, a falta de explicações públicas quanto à intenção, a imagem do país dado pela maior parte da Imprensa, Rádio e Televisão, o desconhecimento das intenções de alguns dos chefes políticos (militares, ou não), a criação de organizações de massa (do tipo das defendidas por Sobolev), as intervenções governamentais no sector privado etc. Além disso, preocupava-os a força do Partido Comunista Português, a sua penetração não apenas no plano dos eleitores e dos votos, mas sobretudo ao nível de Administração pública e local, dos sindicatos, das universidades, dos meios de comunicação social; a imprensa americana, carregando normalmente o tom sobre este aspecto e omitindo ou minimizando a existência de soluções políticas e socio-económicas igualmente válidas e de força ideológica, provoca, na opinião pública de um país onde comunista corresponde a inimigo, um alarme permanente, agravado pelo reconhecimento ou desconhecimento muito superficial que existe das realidades portuguesas.

Por outro lado, os responsáveis pela política externa americana têm dificuldades em compreender o papel dos militares na vida portuguesa. O boletim «25 de Abril», editado sob a responsabilidade da Comissão Coordenadora do MFA, é naturalmente um dos seus mais

importantes pontos de referência. Os elogios que aí se encontram a regimes como o peruano e o argelino fazem-lhes pensar que haverá, entre os líderes militares, uma tendência dominante no sentido da inserção de Portugal mas no Terceiro Mundo e no Mediterrâneo de que no mundo ocidental e na Europa. Densa atitude resultaria uma opção portuguesa pelo não alinhamento em política externa, o que já se ciosa a verificar no caso concreto dos Açores.

O problema da base das Lajes tem, para os E.U.A., a maior importância, numa altura em que é muito provável a curto prazo nova guerra no Médio Oriente. As negociações, para renovação do acordo têm se atarrasado — por culpa dos portugueses, segundo os americanos — o que nerva bastante a gente de Washington, habituada, em virtude das condições do regime depono, a pôr e dispor das Lajes para os fins que muito bem entende, consciente de que nenhum dos outros países europeus (aliados da NATO ou não) onde têm bases permitiria a sua utilização para servir interesses e submetida a forte pressão do «bojbo» judaico (recorde-se que,

muito recentemente, o general Brown foi chamado ao Presidente Ford e obrigado a pedir desculpas públicas pelos ataques que havia feito ao poder dos judeus americanos).



MARIO SOARES
"Uma larga maioria do povo (português) está a favor dos Estados Unidos"



HENRI KISSINGER
"Não vejo razão para ficarmos de braços cruzados e vemos um país tornar-se comunista por causa da irresponsabilidade do seu povo"



SÁ CARNEIRO
"Não se justificam atitudes de interferência ou hostilidade para como o novo regime português, mesmo que traduzidos por simples posições de expectativa"



Kissinger e o neo-isolacionismo

É neste contexto que deve ser apreciada a atitude americana relativamente a Portugal. Kissinger, que é um deus todo poderoso está numa fase difícil da sua carreira (para ele, mais do que de uma simples carreira política, trata-se de um papel histórico). O falhanço em Chipre, a falta de progresso com os russos, a frieza da recepção na última viagem a Pequim, a revelação do seu conhecimento da intervenção da CIA no Chile, a aparente esterilidade dos mais recentes malabarismos diplomáticos no Médio Oriente, a falta de controlo sobre a fugidia evolução da Europa Ocidental — estes e outros factos têm feito empalidecer a sua brilhante estrela.

Kissinger tem um rival, o secretário da Defesa, Schlesinger, homem em quem os militares do Pentágono confiam. Kissinger não pode dar mais passos em falso e tem de respeitar a tendência para um novo isolacionismo americano que o beco sem saída do Vietname accentua e que, no Senado, por exemplo, é detectável através das repetidas intervenções a favor da redução dos efectivos americanos na Europa.

Os Estados Unidos começam, além disso, a sentir, com intensidade, os efeitos da crise económica que perturba o mundo industrializado ocidental e o Japão. Atribuem, por isso, prioridade à resolução dos seus problemas internos e os órgãos de soberania, particularmente sensíveis às dificuldades que lhes são transmitidas pela opinião pública, entendem que não é este o momento psicológico para encetar novos rumos no auxílio externo.

Dal, em relação a Portugal, a doutrina oficial do *wait and see*, ou seja, esperar e ver. Não dar, portanto, qualquer apoio, mesmo político, a um novo regime que não se compreenda muito bem e sobre cuja evolução se tem dúvidas, e aguardar cautelosamente a evolução dos acontecimentos, pelo menos até às eleições de Março, antes de tomar qualquer compromissos definitivos.

Esta posição tem sido objectivo de várias críticas. Em primeiro lugar, por parte daqueles que entendem que se trata de uma atitude de mera fachada por detrás da qual se escondem intenções não confessáveis de intervenção nos assuntos internos portugueses, nomeadamente através da CIA. Em Junho de 1970, Henry Kissinger é citado no «Washington Post» como tendo afirmado: «Não vejo razão para ficarmos de braços cruzados e vermos um país tornar-se comunista por causa de irresponsabilidade de um povo». Em Setembro de 1974, Michael Harrington, o membro da Câmara dos Representantes que promoveu o esclarecimento do papel de Kissinger (e do seu Comité dos 40) e do Senado no caso Chile-CIA, aprovou a audição pelo Comité de Negócios Estrangeiros do Senado americano, do novo embaixador americano, Frank Carroli, para alegar a intervenção da CIA em Portugal.

As respostas às perguntas de Harrington foram, como é óbvio, negativas, (tanto quanto o interrogado sabia). Mas há generosos de funcionários do Departamento de Estado terem negado ou alegado ignorância de factos que afinal se haviam verificado. (Cite-se, por exemplo, o seguinte trecho do depoimento, acerca do Chile, de funcionários do State Department: «A CIA esteve profundamente envolvida nas eleições chilenas de 1964, esteve-o mesmo nas eleições de 1970, e, a partir dal, per-

maneceu absolutamente afastada de quaisquer golpes...»)

De qualquer modo, até agora não há factos concretos sobre a intervenção activa da CIA em Portugal e os rumores sobre o assunto têm provindo quase todos da imprensa estrangeira e de políticos americanos (veja-se, no entanto, o que o EXPRESSO publicou sobre as ligações CIA-Aginterpress).

Também não há factos que confirmem expressamente que, por detrás do *wait and see*, os americanos queiram apoiar aquilo

que se tem chamado a doutrina da vacina, ou seja, o provocar ou «autorizar» a comunicação de Portugal como elemento e via, preventivo para os restantes países europeus.

De momento, portanto, o que é certo é o Governo dos EUA praticar ativamente, por omissão, a doutrina do *wait and see*. Não houve, desde o 25 de Abril, uma declaração política incoerente ou de fé no novo regime português nem surgiu qualquer iniciativa clara de apoio económico.

Vozes dos dois lados do Atlântico

Contra este estado de coisas se ouzaram algumas vozes dos dois lados do Atlântico.

Nama das suas viagens nos EUA, Mário Soares falou ao «Washington Post» e, depois de afirmar que uma larga maioria do povo (português) estava a favor dos Estados Unidos, declarou que a posição americana em matéria de apoio económico influenciaria não apenas a política de Lisboa sobre a base das Lajes, mas as hipóteses gerais do país no que respeita a tornar-se e permanecer na democracia. Mário Soares acrescentou que, sem esse apoio, Portugal poderia declarar-se sem a direita, no sentido do Chile depois de Allende, ou para a esquerda, no sentido do stalinismo ou do Peru.

O senador Edward Kennedy, quando comunicou a apresentação ao Senado de uma proposta de emenda à lei de auxílio externo (que foi aprovada e garantida a Portugal um empréstimo de 525 000 contos e outras facilidades, nomeadamente de crédito), afirmou, por seu lado: «Os Estados Unidos nada fizeram para apoiar a experiência democrática em Portugal (...) Não deixamos que se diga que a experiência portuguesa falhou,

porque os Estados Unidos não apoiaram os esforços dos democratas portugueses, ao sentido de seguirem os ideais que nos pertilhamos há mais de dois séculos...»

Também o senador Sá Leão, no regresso da sua recente viagem a Washington e Nova Iorque, disse: «A situação estratégica de Portugal e os problemas dos países da Europa no seu conjunto e da Península Ibérica em particular, nunca poderão justificar qualquer atitude de interferência ou hostilidade para com o novo regime português, mesmo que traduzidas por simples posições de expectativa que sempre podem salvar as nossas dificuldades económicas e políticas, desequilibrando os apoios internacionais e prejudicando o processo de democratização (...). O nosso País é credor do apoio internacional das demais nações, entre as quais os Estados Unidos figuram com as responsabilidades inerentes à sua posição de grande potência, apoio que, respeitando sempre a nossa independência interna e externa e a não ingerência nos nossos assuntos, tem de traduzir-se de forma prática nos vários domínios entre os quais o económico, financeiro e cultural.»

«Détente e «cover operations»

O que interessa agora saber é se as opiniões dos secretários gerais do Partido Socialista e do Partido Popular democrático e libertadas ou, por outras palavras, se a iniciativa de Kennedy será um acto isolado ou terá sequência ao nível do Congresso e sobretudo do Governo americano. Por agora, nada de novo se verifica.

Se recordarmos que Portugal foi considerado não desejável no Grupo de Planeamento Nuclear da NATO, se pensarmos que o *wait and see* poderá ser prolongado até às eleições de Setembro/Octubro para a Assembleia Legislativa (visto que até lá continuaremos a ser regidos por instituições provisórias), se atentarmos a que os bancos e os grandes industrialistas americanos toquem, embora com algumas excepções, a atitude do seu Governo (sobretudo quando este é cauteloso), se considerarmos que o nível interno português, a questão das Lajes é ainda passível de muita discussão (ver, por exemplo, artigo de Manuel Serrão no último EXPRESSO) — concluiremos que esse algo de novo poderá tardar a chegar, pelo menos dentro das cotizações de Soares, Sá Carneiro e Kennedy.

Para os Estados Unidos, o problema português insere-se logicamente na questão mais vasta da sua balança de poderes com a União Soviética. Nesta perspectiva consolidar-se ou não uma democracia do tipo ocidental em Portugal é aspecto secundário (Gentileza o apoio que os americanos têm dado à Jugoslávia e citem-se mais algumas palavras de Kennedy, referentes às relações entre os EUA e o regime português depois: «o Governo americano continuou, no entanto, a dar o seu apoio aos ditadores [Salazar e Carmona] de Lisboa; e indirectamente contribuiu para manter a odiosa presença do colonialismo»).

Sendo assim e tendo em conta que, como Mário Soares disse ao «Washington Post», o Partido Comunista Português é «estalinista» e o único partido comunista europeu a endossar a intervenção soviética em Praga, será útil recorrer à distinção (símbolo) do senador Fulbright, a propósito do Chile-CIA, entre *détente* e *cover*

operations (operações de cobertura): *détente* é uma política seguida para reduzir as áreas do conflito ideológico e político para diferenças políticas, enquanto que os *cover operations* (v.g. CIA-Chile) se relacionam quase inteiramente com questões ideológicas.

A manterem a posição de *wait and see*, os Estados Unidos poderão vir a ser confrontados com a delicada necessidade decidirem se a questão portuguesa é um caso de *détente* ou de *cover operations*.

Seja qual for a decisão, poderá então ser razão o parlamentar europeu citado no início deste artigo e terão certamente razão os que já hoje se preocupam com a presença da CIA em Portugal.

Seja qual for a decisão, verificar-se-á então, por não ser sido dado a tempo o auxílio desinteressado, desejado, pelo mesmo, pelo Partido Socialista e pelo PPD, aquilo que nenhum português deseja: a interferência de uma superpotência superpoderosas nos assuntos internos do país.

Experiência-piloto nas fileiras — entrevista com a equipa do MFA

Movimento das Forças Armadas promove

A EQUIPE da Escola Prática de Administração Militar que se deslocou ao Distrito da Guarda durante a passada semana, transformando os clássicos exercícios de campo em campanha de esclarecimento lançou e viveu uma experiência útil, mas inconsequente se interrompida.

Estivemos com alguns dos elementos dessa equipe: o major Queiroz Azevedo, os capitães Cunha Bispo, Luz e Carlos Gaspar, o tenente Martins, oficiais do Quadro Permanente; o aspirante miliciano médico, França e o cadete Cavalheiro (licenciado em Economia). Foram postos em evidência, durante esse encontro, os problemas com que as populações se debatem nessa região. Por outro lado, a equipe falou-nos da sua experiência e das conclusões que dela se podem tirar.

Conduziu a entrevista pelo EXPRESSO Benjamin Formigo.

Um exército para a paz

QUEIROZ AZEVEDO — Esta experiência-piloto realizou-se na Escola Prática de Administração Militar. Entendemos que os exercícios de campo deviam ser executados de um modo diferente do que acontecia até aqui. Até agora temos estado a preparar pessoal para a guerra e dado que ela chegou ao seu termo após o 25 de Abril, entendemos que os exercícios deviam ser uma missão de preparação para a paz.

Surgiram a hipótese à 5.ª Divisão do E.M.G.F.A. — onde funciona a Comissão Coordenadora transformar esses exercícios de campo em missões de esclarecimento. O coronel Varela Gomes aceitou muito bem a ideia, focando mesmo o facto de muitos dos nossos cadetes serem licenciados em economia, finanças agronomia e até tivemos um ou dois médicos.

Esta possibilidade com o adiantamento de militares de outras especialidades permitiria constituir equipas altamente vantajosas para

uma acção deste tipo. Dado existir uma Comissão de Dinamização cultural e Esclarecimento Cívico, chefiada pelo 1.º tenente médico, Ramiro Correia, fomos encaminhados para ele, que agarrou a hipótese com ambas as mãos. Passou-se, então, à escolha da zona onde experiência-piloto deveria ser efectuada. Fomos levados um pouco pelo anseio desse camarada de levar a experiência para onde pudesse ter maior incidência, mas também fomos levados pelo "baizismo" de oficiais daqui da EPAM, belíscos de "rja sempre" que conheciam a situação de um modo geral.

E assim ficou decidida a nossa ida para aquela área. A estadia que inicialmente era de seis dias, foi aumentada. Conseguimos alargar o período e organizámo-nos, tanto quanto possível, para cumprir a missão. As linhas mentes de dinamização cultural e esclarecimento cívico foram-nos dadas pela comissão

central. Organizámo-nos dentro desta pobreza de meios que ainda temos e decidimos que a experiência fosse levada à cabo, cobrindo, tanto quanto possível, o distrito da Guarda. Dividimo-nos em equipas, ficando uma itinerante no Sabugal, outra em Trancoso, outra em Pinhel e outra em Gouveia. Existia ainda uma equipa central com missão de coordenação. As equipas eram constituídas por oficiais do quadro permanente e milicianos, cadetes, soldados instrutores, sargentos e praças. Tivemos ainda a colaboração de alguns elementos da Armada, sargentos e praças, que

tivemos o cuidado de incluir nessas equipas. Foi pena que não tivéssemos estado presentes, excepto um alferes, elementos da Força Aérea, pois teria muito maior impacto a presença dos três ramos das Forças Armadas. Em cada equipagem procurámos colocar um médico, um economista, um agrónomo, o que não conseguimos para todas:

houve ainda um advogado que se integrou na equipe principal e que esclareceu sempre que necessário; além dos oficiais do quadro permanente. Essas equipas actuaram praticamente independentes, todas dentro do âmbito do MFA.

Desta nossa experiência concluímos que este tipo de acção é totalmente necessária. Fomos levar o 25 de Abril a algumas aldeias onde ele ainda não tinha chegado. Em certa medida achámos que o problema é

multíssimo grave. A reacção facilmente se poderá servir dos elementos do povo menos esclarecidos, visto que há um obscurantismo notável. É de facto necessário continuar em profundidade. Esteiro convencido que depois de elaborarmos o nosso relatório, os órgãos de cúpula, quer do MFA quer do Governo, providenciarão, vão tomar as medidas que julgarem mais convenientes para prossecução do processo.

campanha de esclarecimento cívico

Anti-comunismo feroz grassa nas terras da Beira

EXPRESSO — Gostaria que cada um desse, agora, a sua opinião sobre a parte política. Ou seja sobre a formação política daquela região.

QUEIROZ DE AZEVEDO — O que me foi dado observar por aquilo que percorri o que grassa nas terras da Beira é um anti-comunismo feroz e uma prudência muito grande acerca dos meios clericalis. Esse anticomunismo serve a reacção pois fomenta o obscurantismo. Estou absolutamente convencido de que locais há em que, se aparecer um indivíduo o dizer que é do PC, a tentar fazer esclarecimentos é recebido a tiro de caçadeira. No que respeita ao clero, sem dúvida absolutamente nenhuma que podemos afirmar que há elementos que são absolutamente reacçãoários. Servem-se do hábito que usam para fazer a contra-revolução. Outros são conservadores. Através desse conservadorismo também favorecem a reacção, embora não intencionalmente.

Acontece também que os "caciques" locais dominam quase completamente as populações. Se esta nossa acção não for continuada tais "caciques" irão sistematicamente rebater aquilo que a tropa lá andou a fazer de esclarecimento e tudo voltará rapidamente à mesma, dada até a grande dependência económica de boa parte das pessoas em relação a esses "caciques" locais. Há populações que estão absolutamente convencidas que eles são os senhores da terra, que lhes pagam o abono de família. Quando dissemos que não, que o

abono de família vinha de dinheiros do Estado eles desmentiram dizendo: "não senhor, o Estado nem nos conhece e o ar-fulano de tal que nos paga o abono...". Politicamente há uma necessidade imperiosa de desmistificar sistematicamente.

Os partidos políticos não estão a ter aquele preponderante que deviam. O PC pareceu-nos de facto ser o mais válido naquelas regiões, porque tem talvez os melhores quadros, embora insuficientes. No entanto, como grassa o tal anticomunismo feroz, eles têm poucas possibilidades de fazer comícios e sessões de esclarecimento. Outros partidos actúan vagamente nas cidades. Não vão às aldeias. Deduzimos (creio que isto é uma ideia generalizada) que não é fazer uma coligação para a democratização das mentalidades dos portugueses para que eles possam votar livremente. Eles estão actualmente na "caça ao voto".

Isto foi aquilo que nos pareceu. Pareceu-nos, também que tendenciosamente, haveria um partido que, de momento talvez não seja conveniente dizer qual é, que estaria a tentar identificar-se com o Movimento das Forças Armadas. Houve uma determinada aldeia, onde após uma reunião de esclarecimento os populares cercaram-nos e depois de uma pequena conversa, em que eles reconheceram o obscurantismo em que estavam, eu perguntei a um camponês "Então mas o senhor já sabe em quem é que vai votar?" e ele disse-me: "Sei, sim senhor, eu vou votar no partido das Forças Armadas." Al eu expliquei que as FA não constituem um partido e

que ele deveria escolher um para votar ao que o meu interlocutor respondeu: "Eu voto o partido das FA'S. Vote no partido... que é o das FA'S. E o que eles andam a dizer. Se eles andam a dizer é porque são das FA'S e votamos nele..."

EXPRESSO — Não concorda o major Azevedo que deveria dizer qual é o partido?

QUEIROZ AZEVEDO — Não, pois pode o partido, na realidade não ter responsabilidades no caso. Esqueceu-me dizer que o que se passa nestas extremidades, digamos assim, pode não ser da responsabilidade da cúpula desses partidos e estou absolutamente convencido que não é. Estou a contar-lhe isto para que as cúpulas dos partidos se consciencializem para uma acção rápida e intensa a fim de por em execução programas em execução, pois estamos quase sobre a hora das eleições e, pelo menos, para aquelas "terras frias" não se vê nada disso.



A gravidade do problema agrícola

CUNHA BISPO — Actual, exclusivamente no Concelho da Guarda. Há que distinguir dois factores: o centro populacional de maior número de habitantes e o lugarço esquecido. No primeiro caso, os problemas são vários, mas não têm a agudez da ignorância com que deparámos nos outros. Os problemas que nos levantaram em lugares já um bocadinho grandes, digamos, vilas e aldeias, centraram-se em torno da questão agrícola. Predomina ali o pequeno proprietário, aquele que cultiva para seu consumo próprio que venderá ou não o excedente. Actualmente verifica-se um esgotamento de batata e vinho que eles não têm possibilidade de colocar e estão à espera que apareça por lá o intermediário ou negociante como eles chamam. Enquanto as sementes e adubos aumentarem de preço, esses agricultores não conseguem vender os tais produtos. Deu-se-lhes uma directiva de associativismo agrícola, mas a ideia parece-me muito difícil de arrancar, se não houver um apoio superior. Iniciativa eles não a tomam.

Gonçalo foi uma das aldeias onde estive. Gonçalo onde houve aqueles problemas com as fábricas dos cestos, onde a população depois de tais fábricas haverem fechado, associaram-se em cooperativa e estão agora a fabricar os cestos vendem-nos eles próprios. Isto serviu-nos de exemplo para outras aldeias. Mas sem uma directiva de cima, devidamente apoiada, eles, por sua iniciativa não vão porque estão muito agarrados ao seu "bocadinho". Depois, como a influência política também é negativa, estão com medo de ficar sem as suas coisas, o que nos espíritos deles pode acontecer através do associativismo.

Outros dos problemas grandes é o dos baldios para o qual também já há legislação apropriada, mas que eles também desconhecem.

Posso sintetizar os problemas com os quais deparei e que pedem uma resolução imediata: luz, estradas, esgotos e água.

O problema da agricultura imediato será a colheita de batata, da maçã e de outros produtos. Os grémios foram dissolvidos e, agora mal ou bem, nada há que os substitua. Cooperativas agrícolas que poderiam resolver, ainda não

existem, assim como não existe o associativismo.

Na parte política há uma ignorância total relativamente aos partidos e, como já aqui foi referido, uma grande tendência para o anticomunismo. As pessoas são enganadas e muitos pensam que o novo estado político lhes vai levar os seus bocadinhos de terra. Porque no fim e ao cabo, não é mais do que isto. Em várias sessões me foi perguntado se para o ano que vem, se poderiam ter um par de sapatos cada um se para o ano ficavam sem a espingarda caçadeira, se era verdade que levavam os filhos, se os velhos e as velhinhas eram abandonadas e por aí fora. Coisas deste género eram constantes, não valendo a pena estar a referir os locais, que são 28 ou 27 pelo menos.

Outro dos problemas relacionados com as juntas de freguesia: há umas que são aceites, outras não. Porque? A maior parte delas não foi eleita pela população. Os seus elementos foram nomeados não sei como. Os que eram bons antigamente, continuam lá e são aceites; quanto aos novos, há uma grande luta quanto ao facto de os aceitarem ou não. Quando aparece qualquer decreto do governo, como por exemplo, ao caso dos baldios e agora das eleições, os próprios presidentes da Junta nada dizem, porque nem eles mesmo sabem interpretar as leis. As vezes são já homens de 60 ou 65 anos. O problema é que se publica uma lei mas eles não a transmitem ao povo, precisamente por causa dessa deficiência e fica tudo parado.

O clero também tem muita influência neste sector até, porque conforme me parece, ainda muito mal esclarecido e faz, não direi campanha propriamente dita mas insinua fortemente. Que se vier um partido A, ou um partido B, a religião muda ou não muda. A nossa secção foi sempre tendente a esclarecer que em Portugal não há qualquer problema religioso, qualquer problema de religião. Que cada um tem a religião que quer.

Até houve alguns padres que, depois das nossas sessões, compareceram plenamente e ali, perante a população, se retrataram e estou convencido que até serão continuadores. Outros talvez não.

Na generalidade, foi isto o que mais me apareceu e mais importante me pareceu referir.

Esquecimento

VALZEIRO— Da equipa do Sabugal estão presentes três deputados. Eu, cadete Cavalheiro, economista, o aspirante Franco, médico, e um oficial do quadro, o mestre Martins que foi o chefe da equipa.

A descrição da situação política, económica e social da região vai sendo feita através das nossas intervenções. Aliás já foram focalizadas muitas questões. Interessa falar em alguns aspectos que não são propriamente típicos do concelho do Sabugal, mas comuns a todas as regiões. Sob o ponto de vista político e mesmo de política económica estas regiões estão esquecidas. A indústria é quase inexistente. Mas o que se poderia esperar de uma zona não é actuação de forças reacções extremamente forte e o combate às forças progressistas, embora elas de onde vierem, também é extraordinariamente forte. Com meios fortes. Já foi questionado o clero. É conveniente apontar todos os jornais extremamente reacconários, que desandam na zona, evidentemente ávidos à democratização do país, contra os quais urge tomar medidas eficazes. Verificámos por conseguinte, uma desorganização geral nas forças democráticas da zona que se vêem, portanto isoladas e com grande dificuldade de intervenção. O anticomunismo aparece sob o ponto de vista muito mais ordinário. Qualquer pessoa que combata o reac-

cionismo e os caciques locais é imediatamente alcunhado de um nome que tem lá um significado pejorativo que é o de comunista, seja de um socialista, um social democrata, seja ele o que for. Todo aquele que pretenda combater a sucção, é imediatamente alcunhado de comunista, para ser apregado.

A nossa presença ali teve, neste a mim, a finalidade de dar o terreno, ali porque as forças Armadas foram extremamente bem recebidas. Abrir o terreno para que agora seja activamente possível uma maior dinamização da vida política nas regiões mesmas regiões. Quando que se fosse um partido, teria muitas dificuldades para se ele operasse. Penso que, agora as pessoas estão abertas a ouvir os partidos, a discutirem com eles, se em quais forem. Não sei se sob esse ponto de vista alguma quer comentar mais alguma coisa.

FRANCA — Há pequenas dificuldades de aldeia para aldeia. Se percorremos sobretudo, um ambiente rural. Nalgumas, as pessoas eram assim tão anticomunistas, como aqui se frisou. Daria havia, porém, que eram de um anticomunismo tão feroz, se ponto de chegarem a ameaçar quem os tivesse lá na escrita do Sabugal, um comunista que ganhou no café, que, se voltasse, tiravam os sinos a rebate e o malabar.

MARTINS — É precisamente as aldeias em que predomina um tipo de menos esclarecido que o anticomunismo tem sido mais forte. Parece-nos, porém, que todos



Os partidos que agora entrarem no concelho do Sabugal serão bem aceites. Pode acontecer, no entanto, que, nalguns lados, ainda não entrem partidos como o Partido Comunista.

Votar em que partido?

CAVALHEIRO — Ainda sob o ponto de vista político, temos de dizer que as pessoas estão apavoradas por terem de escolher até Março um partido em quem votar. De facto, foi-nos feita muitas vezes a pergunta: indiquem-nos o partido em quem devemos votar, o que, evidentemente, nunca fizemos. Nota-se, perfeitamente, que as pessoas não estão preparadas e que o tempo é notoriamente escasso para que as pessoas possam efectivamente votar em Março. No concelho de Sabugal, de facto, as pessoas estão, sob o ponto de vista político, completamente marginalizadas. Não possuem as noções mais elementares. Em muitas aldeias, nem mesmo sabem o que é uso de democracia. Uma das experiências que eu não conheço, é quando uma velhota, no fim de uma sessão, se nos dirigia, dramaticamente: *mas expliquem-nos o que é uso da democracia*. Ora esta situação tem de desaparecer forçosamente, para que em Março possa haver uma verdadeira escolha. De contrário, é muito fácil manipular as pessoas, assim como a reacção as manipulou e lhes incutiu um feroz anticomunismo, na medida em que lhes servia os instintos e os conceitos a servir.

CUNHA BISPO — Antes do 25 de Abril e em relação às eleições todas essas pessoas, nessas aldeias estavam habituadas a que alguém pensasse por elas. Havia "pessoas" mais evolucionadas que lhe diziam, vota neste ou naquele. Numa palavra: Não estão habituadas a participar. A nossa preocupação foi mentalizar as pessoas no sentido de que são obrigadas a participar nesta renovação de Portugal, sem lhe pediríamos... partidos... Alguns mesmo, nem sequer foram referenciados. Diríamos-lhe que uma das razões para esta participação, era para elas terem os dirigentes que quisessem. Para escolherem depois representantes a nível nacional, pois estas pessoas têm de começar a treinar-se na própria terra, elegendo ali os seus

representantes que lhe mereçam toda a confiança. A partir daqui, há toda uma conjuntura que as empurra para determinado lado. A partir daqui as pessoas têm de estar esclarecidas, o que pode acontecer através de gente de confiança lá da terra que lhes pode abrir os olhos para o caminho político que mais lhes interessa, o fim de resolverem os seus problemas locais. A maior parte das pessoas por ali não sabem ler, jornais não têm, televisão não vêem, rádio não ouvem e, às tantas, o que funciona é o boato que, com o correr do tempo deixa de ser boato, para se transformar em certeza. Se não actuarmos imediatamente atendendo ao panorama traçado a participação no voto se não for nula, vai ser, pelo menos, inconsciente.

CAVALHEIRO — Uma questão que me permito acrescentar: Há que actuar decididamente, em relação às autoridades administrativas. Ao nível das comissões administrativas das câmaras, das juntas de freguesia, têm de ser colocados indivíduos que dêem efectivamente garantias de que o processo de democratização continua. Estamos numa fase pre-democrática e, evidentemente todos sabemos que, se for deixado ao puro arbitrio de populações até agora completamente marginalizadas sob o ponto de vista político, manipuladas por elementos extremamente reacçãoários que são de facto em muitas aldeias a grande maioria, não tenhamos dúvidas que serão eleitos, por exemplo, para as juntas de freguesia, antigos membros da ANP, antigos catóicos que impedem sob todas as formas, a entrada destas regiões numa nova fase de dinamização económica e democrática. Tenho a impressão que naquele distrito e naquelas regiões por onde andámos, não houve actuação decidida dos partidos para ocupar posição estratégicas,



Medo e dependência económica

FRANÇA — Em determinadas juntas de freguesia mantinha-se a mesma gerência há três ou quatro anos, gerência essa que o próprio povo até já consentava. Mas nunca tivera, a coragem de fazer uma reunião e exigir outras pessoas para as representarem. Evidentemente que também tinham medo das represálias, que sobre elas se poderiam exercer.

Um caso concreto: a carreira dos transportes não ia a determinada aldeia: uma freguesia do Concelho do Sabugal com estrada e muitas pessoas. Estas disseram-me, já depois da reunião, que uma das razões pela qual a camioneta da carreira ali não ia, era porque os senhores da Junta de Freguesia tinham uma empresa de táxis ou lá o que era.

Na realidade, não vamos qualquer razão para que a Junta de freguesia não diligenciasse junto da Câmara, para fazer chegar uma carreira até ali.

EXPRESSO — Do que se pode concluir que muitas vezes o medo de falar resulta do facto de as pessoas até dependerem economicamente das autoridades locais.

FRANÇA — Aconteceu também até que no fim de uma reunião, as pessoas perderam o medo e uma delas propôs que se convocassem uma reunião para o domingo seguinte a fim de elegermos nova junta de freguesia.

MARTINS — Não se trata apenas de dependência económica mas outros tipos de dependência existem, como por exemplo, do

enfermeiro, como encontrei um caso concreto em que era ele o presidente da junta. Apesar de ser um indivíduo extraordinariamente reaccionário, a população não queria que ele saísse, precisamente porque dependia dele nas suas enfermidades. Também encontrei uma Junta em que o presidente já o era desde 1927, praticamente.

CARLOS GASPAS — Quanto às juntas de freguesia, há uma série delas, ali nos concelhos de Almeida e Pinhel (todas freguesias pequenas) que, devido à emigração, apenas são habitadas pelas crianças até dez anos e por idosos acima dos 60. Tentar mudar os elementos da junta da freguesia, até pode ser errado porque não há gente.

LUZ — Na realidade muitas juntas não têm hipótese de mudar. Não se pôde sequer o problema de escolher.

MARTINS — Aconteceu-nos, numa aldeia, que depois de uma sessão de esclarecimento se levantou uma pessoa a dizer que quanto à escolha para as eleições não haveriam problema, porque determinado senhor, lo mais importante lá da terra e presidente da junta) lhes diria em quem votar.

CUNHA BISPO — Acontece que muitas vezes a junta é composta por comerciantes ou taberneiros, como por lá dizem. Não actuam sobre determinado sector, com medo de perderem o cliente e vão actuar sobre o desgraçadinho que não tem dinheiro para comprar ou nada para vender ou

qualquer tipo de de relação que o beneficie.

CARLOS GASPAS — Penso que os presidentes das comissões administrativas deveriam visitar algumas freguesias, reduzindo o seu número. Isto, claro vai contra a vontade das pessoas, mas é necessário atender às distâncias e respectivas ligações.

EXPRESSO — Gostaria de saber se a aceitação das populações às vossas sugestões foi momentânea ou se foi realmente uma tomada de posição consciente.

CAVALHEIRO — Tiveram exemplos práticos de que efectivamente eles aceitaram e compreenderam a razão. Além era uma prática que já se começava a coarçar, embora muitas vezes deparasse com o tal habitante, a tal divinho, mas ao que parece a insubordinação a desaparecer. Quando vimos embora, delegados das povoações atear, estavam já a funcionar nas sessões das Juntas de Freguesias.

Falta de abertura no ensino

CUNHA BISPO — Creio ter também de focar um ponto bastante importante que é o do ensino particular como oficial nas vilas. Casos há em que os alunos do primeiro e segundo ano do ciclo estão muito fechados, uma vez que alguns professores não lhes dão abertura para a discussão a fim de que possam apresentar os seus problemas, ou conversar.

Aconteceu, em sessão de esclarecimento numa escola, em que os alunos ouviram todos os nossos pontos de vista e as nossas explicações do que se passa no país com muito interesse. Quando chegámos à altura das perguntas, nenhum dos alunos as queria fazer. Então perguntámos se não as faziam por não as terem ou por medo dos professores. Houve um emcolher de ombros. Perguntámos se eles fariam as perguntas caso os professores se retirassem da sala, ao que eles nos responderam que sim. Saldos, os professores e mantendo-se os pais que estavam nas salas, as perguntas vieram: o que é o comunismo, o que é o socialismo, nós podemos reunir na escola, o que é que nós podemos fazer porque temos uma professora que nos bate, etc. Anudámos as perguntas e no final perguntámos se queriam que lhes respondêssemos a sós ou na presença dos professores. Vocada a questão, todos concordaram em que as respostas fossem dadas na presença daqueles.

Creio que esta campanha começada na idade escolar será vantajosa, pois serão eles os dinamizadores na aldeia pelas conversas a que irão obrigar os pais, os amigos, etc.. Quando na rua ouvem boatos, rebuçá-los-ão.

Naquela escola pudemos verificar que os alunos ficaram sem medo do Governo, sem medo de

falarem e até puseram problemas próprios da escola.

EXPRESSO — Segundo creio, tiveram oportunidade de tomar contacto com locais onde o ensino era francamente repressivo.

CARLOS GASPAR — Com respeito ao ensino, no colégio de Almada pareceu-me que os professores menos democráticos pretendem sanear os professores democráticos, mais progressistas.

CUNHA BISPO — Temos que distinguir o ensino oficial com todas as suas difíceis instalações, etc., e o ensino particular. No ensino oficial, há uma abertura maior, uma vez que toda a gente está mais à vontade e quer melhorar as condições de ensino, se bem que talvez haja um sector minoritário que nada faça. Quanto ao ensino particular, é fechado. À ele ocorrem os filhos de senhores, mais importantes e ainda estão com a educação do antigo regime (da segunda). Esse mundo parece-me de mais difícil penetração.

QUEIROZ AZEVEDO — Eu queria acrescentar o seguinte: o ensino particular torna-se perigoso na medida em que o queriam manter em todas as suas lutas antigas muito conservadoras e até reacçãorias. Há terras em que os alunos, por circunstâncias várias, são obrigados a frequentar o ensino particular ou então não têm qualquer espécie de ensino.

Continua pag. 36

O obscurantismo poderá servir a reacção

Salazar e Marcelo

Continuação pág. 23

LUZ — Ainda no aspecto do ensino (campanha de adultos), fomos encontrar no concelho de Trancoso uma biblioteca para os adultos toda ela com livros que com uma citação de Salazar ou Marcelo. Posteriormente tivemos conhecimento de ter chegado uma circular da Direcção Geral do Ensino, mandando queimar estes exemplares, ficando cada escola só com um. Mas isso não chega. É necessário substituí-los por literatura conveniente.

CAVALHEIRO — Concretamente, no concelho de Sabugal, existe uma cobertura mais ou menos boa a nível de ciclo preparatório, portanto ensino oficial. Quanto ao ensino particular é preciso ver a sua especificidade; nalguns casos, substitui o ensino oficial que não existe. Neste caso, frequentar os colégios não os filhos das camadas mais favorecidas, mas os que não tendo recursos para ir para o liceu da Guarda, têm de ficar no colégio do Sabugal. As desvantagens são várias: em primeiro lugar esses colégios não estão oficializados e, portanto, esses alunos não têm os benefícios no que diz respeito a despesas de exames, o que acontece no ensino oficial. Noutro-se uma verdadeira reivindicação para oficialização do ensino. Por outro lado, alguns donos de colégios são indivíduos que não dão todas as garantias de um ensino razoável. Não temos a mínima dúvida em dizer que um indivíduo que tenha sido presidente da Câmara no regime fascista, presidente da ex-ANP, presidente da Casa do Povo, director do ciclo preparatório, director do colégio, não possa ser regenerado e entrar no caminho de uma democracia. Haveria ainda que investigar certos factos. Os professores respiraram fundo quando souberam que tinham sido proibidos, no ensino particular, o despedimento sem justa causa. Viviam com a espada de Dâmocles suspensa sobre a sua cabeça. Se diziam alguma coisa arriscavam-se a perder o emprego, não tendo no local qualquer outra alternativa.

LUZ — Resta ainda falar nas condições do ensino primário. Há aldeias onde os alunos têm de fazer cinco quilómetros a pé para irem às aulas, comem uma côdea de pão com qualquer coisa, e sofrem o frio e a neve. São, na realidade, condições muito dolorosas para as crianças. Em certas aldeias do concelho de Sabugal muitas crianças nem irão à escola.

Desenvolvimento económico

CAVALHEIRO — Como ponto prévio deve afirmar-se que, quando nas sessões ou em conversas particulares com as pessoas, pedíamos para fazerem todas as perguntas, para discutirmos os problemas, mais do que perguntas sobre a situação geral do 25 de Abril, etc., as interrogações incidiam sobre questões concretas, sentidas por estas populações e que são realmente graves. Refiro-me aos problemas da agricultura.

Detetámos duas ordens de problemas graves: primeiro o da produção depois o da comercialização dos produtos agrícolas. No que diz respeito aos esquemas da produção, todos sabemos que se trata de economia de subsistência, portanto para consumo próprio, vendendo-se o excedente onde houver comprador. perante essa situação e perante a dificuldade com a actual política de preços da agricultura que é minimamente rentável, quer porque utiliza processos antiquados, quer porque as margens de comercialização não são as que deviam ser e até pela subida de preços de algumas matérias utilizadas, como adubos, rações, etc., o problema só pode ser resolvido pela associação de produtores. Foi isto que acentuámos na região, mas depáramos com sem mais. As pessoas são muito individualistas e não vimos possibilidade, a curto prazo, de se juntarem e formarem cooperativas de produção que permitam utilizar processos mais rentáveis. Quanto à comercialização dos produtos, havia um coro generalizado de protestos contra os intermediários.

Além disso existe ainda o problema dos mercados, onde o agricultor é simultaneamente explorado na venda do gado, nos preços praticados. Há uma verdadeira roubalheira.

permitam-me o termo, do trabalho, do esforço, da saizera do pequeno agricultor. Tivemos calçar algumas leis que têm aparecido, nomeadamente a do arrendamento dos baldios, embora de facto essa legislação tenha de ir ao promotor, para poder abarcar, efectivamente, a diversidade de situações que se criam. Só assim a lei pode ter aplicação, pois os casos são múltiplos e variados.

FRANÇA — Em muitas das sessões, as pessoas pediram para que houvesse uma tabela de preços.

CAVALHEIRO — Nota-se, portanto, aqumbarcamento do intermediário. O Governo terá de tomar medidas enérgicas e rápidas, pois, de outro modo, as assimetrias regionais não se corrigem. Não temos, efectivamente, uma política agrícola e as pessoas continuam a fugir dos campos. Pode apontar-se como exemplo típico, uma das sessões onde foi acentuada a necessidade de uma cooperativa.

Um economista tinha feito todos os planos para a montar. Estavam industriais que diziam estarem dispostos a investir numa fábrica de laticínios; estava o arquitecto, estava entregue o projecto para a construção e estava entregue o pedido ao Estado de um subsídio de vinte mil contos, que estaria bem encaminhado. Faltaria apenas que as pessoas se decidissem a deixar os muros abaixo para a cooperativa avançar. Pois foi dito por muita gente que não deixavam abaixo os muros, que não iam nisso, e, apesar de lhes explicarem todos os inconvenientes, eles mantiveram-se num individualismo feroz e houve uma na assistência que disse que agora lhes diziam para deixarem os muros abaixo, mas que lato e mudasse os outros vinham perguntar por que é que deixaram os muros abaixo.

Situação médico-sanitária nas terras mais afastadas

FRANÇA — A nossa inclusão como médicos nessas equipas tinham essencialmente três objectivos: auscultação médico-sanitária das zonas a percorrer, função assistencial e o esclarecimento das populações sobre o estado cúbico a que a medicina chegou neste país, e o que já se está a fazer depois do 25 de Abril.

No aspecto da função assistencial, verificamos que era de todo inútil a nossa presença naquelas povoações, uma vez que a nossa passagem era esporádica. Encontrámos muitas pessoas em grave situação do ponto de vista clínico, não tendo a mínima possibilidade de voltar a ver o médico, de fazer análise laboratorial ou de comprar medicamentos. Nada valia começar um tratamento que seria abandonado logo de seguida. Ainda fizemos algumas dezenas de consultas, mas vimos que isso pouco ou nenhum interesse tinha.

Onde o nosso papel pode ter repercussão, é na referente à auscultação da situação médico-sanitária. Num concelho de 24 mil habitantes onde existimos, existem neste momento cinco médicos, um dos quais tem 82 anos, três com mais de 60 anos, e apenas um abaixo desta idade.

Existe um hospital no concelho de Sabugal, razoavelmente apetrechado e até pode começar a trabalhar. Bastava pôr lá um pequeno laboratório de análises. Não funciona, pelo menos há quatro anos. Tem 24 camas, 20 quartos para 4 camas; tem um aparelho completo de estomatologia que serve mais de ostentação, comprado há quatro anos por duzentos contos. Ninguém lá tirou um dente até agora. Tem uma pequena maternidade a que ninguém recorre para ter filhos. Tem uma câmara frigorífica, uma estufa e uma autoclave de esterilização. Neste momento as únicas pessoas que lá se encontram é um paraplégico que ali permanece há quatro anos. Serve também de alojamento a uma enfermeira e à governanta. Limita-se, neste momento, a posto de socorros de primeira urgência.

É bom salientar que existem lá três casas do povo que prestam cuidados médicos, mas para as pessoas fazerem uma análise sumária, as urinas, ou ao sangue ou para fazerem uma radiografia, têm de se deslocar à Guarda. Além disso, a casa do povo não paga qualquer deslocação. Está-se mesmo a ver o que acontece: as pessoas acabam por não ser assisti-

das. O médico vai lá três horas por dia. A casa do povo tem 5409 inscritos. Os médicos vêm cerca de trinta doentes por dia. E quase todas as frequências que visitámos, as pessoas se queixavam de assistência médica nula ou praticamente nula.

No entanto parece-me que há que tomar medidas a curto prazo. Se mandávamos antes os médicos dois anos para a guerra colonial, porque não enviá-los para essas povoações. Já não havia o problema de bulir com as carreiras médicas...

CAVALHEIRO — Médicos e outros técnicos. Economistas agrónomos e outros técnicos que, como a gente sabe, estão na tropa sem fazer praticamente nada.

CUNHA BISPO — Estivermos numa povoação onde encontramos uma velhinha de 102 anos e outra de 108 anos que nunca tinham ido a um médico. A primeira consulta que lhes foi feita, foi pelo nosso médico.

LUZ — Numa aldeia, a três quilómetros de Trancoso (Sistão) e caminho de cabras, uma pessoa que adoceça e chama o médico, gasta oito dias de trabalho pelo menos. Trezentos escudos de consulta. 150 de taxi porque assim o médico lá vai e mais os medicamentos que são caros.

Técnicos para as aldeias

CAVALHEIRO — O governo português e as Forças Armadas alguma coisa podem fazer e têm de fazer. Temos de ir para a frente. Mandar para lá os nossos médicos, os nossos técnicos, os nossos agrónomos. Para estarem lá, para continuarem lá. De muitas pessoas que participaram nestas brigadas fiquei com a certeza consciente do seguinte: não serviam melhor o seu país neste momento que naquelas regiões. Eu e muitos outros estamos dispostos a ir para lá efectivamente, porque se não dilui-se o efeito destas campanhas. As pessoas dizem: afinal vieram cá e continua tudo como dantes. De contrário a reacção aproveita-se da

nossa ausência. Temos de ganhar aquelas populações para a construção da nossa democracia.

FRANÇA — Nalgumas sessões isto foi necessário. As pessoas desafiaram e passaram logo os seus problemas como se nós os fôssemos resolver. Nós sempre lhes demos a noção que vamos abrir caminho para que se criassem condições, a fim de que elas próprias pudessem resolver os seus problemas. Mas é negativo se não ficar nada feito, pois já muito se pode fazer.

QUEIROZ AZEVEDO — Em conclusão podemos dizer: se não forem tomadas medidas revolucionárias, ultrapassando todas as burocracias, condócentes a que

este processo seja o mais acelerado possível, nós cremos que a reacção não preciará de tentar novos 28 de Setembro, pois o fruto cairá-lhe de maduro. Precisamente porque aquelas povoações, continuam na obscurantismo e servem os caducos locais, agentes da reacção. E nós perderemos, então ficar admirados de o povo usar contra si próprio a arma que tem nas mãos que é o voto. Esta é a conclusão final que, certamente, tiraram todos os camaradas que estiveram empenhados nessa missão.

CUNHA BISPO — É caro para dizer que é ir para ficar e não ir para voltar.

Coser, João Bernard da

Os actos
e as apostas

João Bernard da Costa

A memória e o medo
na Imprensa Portuguesa (VI)

CONCLUI-SE com esta a série de seis crónicas com que procurei contribuir para uma análise da actual situação de imprensa portuguesa. Verifico, agora, que esta conclusão corre o risco de estar ultrapassada. Por um lado, porque os acontecimentos e reacções, ao nível do que se passa no campo da informação, atingiram na última semana (caso da censura ao episódio "Operação Barbarossa" da série televisiva "Memória do Nosso Tempo", luta pela posse de "A Época", saneamento do administrador Mascarenhas de Lemos em "A Capital", etc.) um ritmo e uma importância que levaram a muito mais pessoas, a outras e mais poderosas instâncias e mais poderosas instâncias preocupações do género das que aqui foram expressas. Por outro lado, porque é bem provável que quando esta crónica for publicada, já esteja definitivamente aprovada a lei de imprensa que bem poderia (poderá?) ser uma das peças fundamentais para a modificação da situação presente.

Mesmo assim, esta crónica, que pretendo apontar alguns dos caminhos possíveis para uma efectiva democratização da nossa imprensa, sai como foi pensada. E com a esperança que o surto de som e fúria da semana passada não seja apenas um episódio de guerras partidárias e que a lei prometida possa ser instrumento para alguma melhoria. Mas, se ficarmos por aí, sem muitas ilusões.

Efectivamente, se a vigilância dos partidos pode ser útil, a experiência ensina que estas coisas muitas vezes se resolvem a nível de tréguas de cúpulas, ou com tratados de tordelillas que nada têm que ver com a vontade dos partidos que acabamos por ser todos. A outro lado, um instrumento jurídico, por melhor que seja, é sempre insuficiente para resolver o que forçosamente é política.

Conectemos pela lei. Tem esta, indubitavelmente, aspectos meri-

develamente melhorados, se forem abolidas algumas das pertinentes críticas feitas durante o debate público a que o actual projecto foi submetido. Mas, os resultados da lei dependem da questão central que a mesma envolve e sobre a qual, por enquanto, o projecto é cínico. Refiro-me à tão falada independência da imprensa face ao poder económico. Sem ela, sabe-se, são favas contadas. Mas não basta saber-lo, é preciso experimentá-lo e testá-lo, no domínio, aponta para uma solução que, famosa e, por enquanto, é o mesmo. Refiro-me a tudo isto (art.º 8.º 2) para "legislação especial" e nada nos é dito sobre como e de quem será no futuro a imprensa em Portugal.

Excluída, ao que parece, e muito bem, a hipótese de nacionalização das empresas jornalísticas (o que na actual fase do processo português só agravaria os perigos apontados) parecem só restar duas vias:

a) — Os "partidos económicos" passados a actual fase de reconstrução e controle dos meios informativos, com os conhecidos limites a um proclamado liberalismo.

b) — ou, não tendo meios de o conseguir, deixará de estar interessado na posse desses meios, que passarão a depender de novas formas de intervenção salvadora, desta feita do poder político, seja ele a instância governativa ou qualquer dos partidos com força económica para o conseguir.

Qualquer das hipóteses consagraria situações conhecidas e consagradas, em teoria, o que na prática se passou ou se passa. Bico sem saída? A única possibilidade de assim não acontecer passa, salvo melhor opinião, pelo reforço de duas estruturas contempladas, aliás, no projecto: o Conselho de Redacção, dentro de cada jornal e o Conselho de Imprensa, teoricamente uma das inovações mais positivas da recente lei.

Simplemente, no projecto, os poderes do Conselho de Redacção continuam a ser limitados, designadamente no que diz respeito à nomeação do director e à definição da orientação do jornal. Em contrapartida, as atribuições são vagas e a composição restrita, o que permite um funcionamento igualmente vago e igualmente restrito, que está longe de apontar para soluções fecundas de auto-gestão.

Quanto ao Conselho de Imprensa, que funcionará junto do Ministério da Comunicação Social enquanto não existir Assembleia Legislativa, é-nos dito que será integrado por dezasseis pessoas: seis jornalistas, dois representantes das empresas, dois directores de publicações periódicas (diárias e não diárias) um presidente magistrado, dois representantes de cada um dos partidos da coligação governamental e quatro membros não incluídos nas categorias já referidas, cooptados pelos restantes (art.º 17.º alínea a) a f).

Ve-se mal como um órgão com esta composição irá promulgar legislação que afecte consideravelmente os actuais detentores das empresas jornalísticas e, a menos que a mesma venha a ser consideravelmente alterada (l) não se pode esperar muito de intervenção a esse nível. Como também se não pode esperar muito de uma intervenção que contribua para a desejada democratização.

E, no entanto, alguns caminhos poderiam passar por aí. Se, no Conselho de Imprensa, estivessem igualmente representados partidos ou movimentos minoritários, de orientação indiscutivelmente anti-monopolista (o que excluíra, como é evidente, qualquer representação de partidos minoritários de direita, chamem-se eles ou não CDS) e se nele tomasse assento uma representação do MFA, como garante de facto e de direito das liberdades democráticas, talvez fosse possível que este órgão pudesse dar um apoio não investidor às minorias que, dentro

das redacções, lutam por fazer ouvir a sua voz, que o é também de muita da gente que pretende abrir para este país caminhos de salvação não monodítica nem dogmática. Por outro lado, poder-se-ia esperar que os Comelhos de Redacção ganhassem, assim a força que lhes falta para enfrentar tutelas económicas ou políticas. Mas, mesmo que a lei viesse a dar todas essas garantias, a solução não pode passar só por ela.

Isto nos tráz à segunda ordem de considerações que, na democracia pluralista em que vivemos, tem que passar pela cuidadosa definição dos limites que cada partido não pode ultrapassar e pela aceitação de regras de jogo devidamente respeitadas. Em teoria, e uma vez que todos os partidos se têm declarado incondicionais defensores das "liberdades democráticas", tal não parece difícil. Na prática, sabemos como as coisas têm tendência a passar-se e corra, facilmente, as regras do jogo descambam, quando a boa vontade reina, em unitário análgama, na melhor das hipóteses.

Mas, para terminar com uma nota optimista, talvez se possa esperar que a lição dos episódios recordados no início desta crónica, ensine que ele é definitivamente impossível e definitivamente empobrecedor e que neste país sem não que aqueles que ralharam o fa-

çam, ao menos, com uma razão e por uma razão.

E a todos nós, evidentemente, caberá continuar esta batalha por uma informação que seja, efectivamente, libertadora e orde os vícios e medos do passado não tornem a forma do nosso futuro. Pelo menos enquanto nos deixarem, não há qualquer razão para abdicarões.

Na minha última crónica publicada no "Expresso" de 7 de Dezembro, para além das habituais graíhas, saiu uma que transforma consideravelmente o sentido do que tinha escrito e que, por isso, peço para corrigirem.

Assim, onde se li: "Episódios recentes, que vão desde o sucedido com o discutido e discutível caso do artigo de António Reis sobre o MDP/CDE para a "República" são sinais inquietantes." O que eu tinha escrito era: "Episódios recentes, que vão desde o sucedido com o discutido e discutível caso da publicação do livro do Marcello, ao igualmente discutido mas muito menos discutível caso do artigo de António Reis sobre o MDP/CDE para a "República", são sinais inquietantes".

NOTA. Vidé, a este propósito, o meu depoimento sobre o projecto de lei de imprensa publicado em "A Capital".

TANZÂNIA, ZÂMBIA E FRELIMO ATENTAS AO "COMLOT" DE MOBUTU



Mobutu: testa de ponte do imperialismo em África

COM AS NEGOCIAÇÕES sobre Angola novo capítulo se abre na história da descolonização portuguesa. Novo e, certamente, o mais difícil quer quanto ao território em si mesmo quer devido ao facto de vários movimentos de libertação, de conteúdos ideológicos antagónicos, tornarem ainda mais dificultosas negociações que já de si o seriam. Entretanto, o tempo e o jogo dos interesses se encarregou de pôr do mesmo lado F. N. L. A., UNITA e Chipenda, como por nós já por mais de uma vez foi explicado.

Depois do episódio Chipenda a actuar declaradamente ao lado da F. N. L. A. de Mobutu e Holden Roberto, Agostinho Neto surge com mais força e apoiado em «alianças» de países amigos, entre os quais e sobretudo a Tanzânia, Zâmbia e Moçambique. Tem sido, aliás, Samora Machel um dos homens que mais contribuiu para que, de novo, fosse colocada a política angolana numa óptica iminentemente nacionalista, alheia a interesses estrangeiros.

Para que os leitores possam acompanhar as negociações, concededores da política de bastidores, já «Expresso» publicou, há quinze dias, uma reportagem sobre «O S. Tomé do Acordo pode ser envolvido no subimperialismo zairense e C.^a Lda». Agora trascrevemos do último número da revista «Afrique-Asie» um texto de Jack Bourdier, embora adaptado, em alguns passos, aos condicionamentos da Imprensa portuguesa. Intitula-se o artigo: «A resposta ao complot de Mobutu» e nele são focados vários temas, tais como as conversações secretas de Argel, para um Governo de transição com quatro componentes, um acordo Tanzânia-Zâmbia-FRELIMO-M. P. L. A., os americanos jogam com Spínola e perdem a independência para 1975, além dos esforços da F. N. L. A. para conseguir, no Governo de transição, o lugar de primeiro-ministro.

O neocolonialismo em cheque! Estas palavras podem resumir a entrevista secreta, havida em Argel entre o dr. Agostinho Neto, presidente do M. P. L. A. e o major Melo Antunes, personalidade chave do M. F. A. de Portugal, em 20 de Novembro último. Entrevista decisiva para o M. P. L. A. e o seu chefe — que acaba de consolidar uma posição conquistada em 13 anos de luta —, como para Portugal que vê a facção mais progressista dos seus dirigentes engajar-se numa descolonização que alia o realismo à vontade ideológica.

Não foi por acaso que foi escolhida Argel, uma das mais prestigiosas capitais da revolução africana, depois de ter encontrado Houari Boumediene, presidente em exercício do movimento dos não-alinhados. Não foi por acaso que os dois homens ali tiveram esta reunião histórica. Com efeito, o perigo era grande em primeiro lugar para Angola e para os países progressistas daquela zona do mundo, mas também para Portugal, perigo esse que consistia em ver consolidado o eixo E. U. A.-Zaire-F. N. L. A.-U. N. I. T. A., cujo ponto de aplicação, Mobutu Sese Seko, não recuaria diante de coisa alguma para oferecer de bandeja as riquezas da região ao imperialis-

mo internacional, a fim de multiplicar as suas próprias, aumentar o poder e refinar a imagem

que ele já deu de si mesmo, como de homem providencial do neocolonialismo.

Estratégia do imperialismo

Em Fevereiro de 1970, Henry Kissinger reconhecia num relatório confidencial que os maiores interesses americanos na África Austral se encontravam em Angola. As coisas não mudaram certamente, sobretudo com o desenvolvimento da crise da energia. É verdade que no enclave de Cabinda, que os petroleiros internacionais chamam com covícia o «Koweit africanos», a Gulf Company extrai 150 000 barris de petróleo por dia, cifra que se propõe duplicar. Com as suas congéneres Exxon, Petrofina, Total, deveriam arrancar do subsolo de Cabinda daqui até 1980 nada menos de 100 milhões de toneladas por ano. Por outro lado, multinacionais operam em Angola prospectando e explorando ricos jazigos de ouro, de diamantes, de manganês, de cobre, de ferro, de níquel, de urânio, com rendimento muito apreciável sem falar no café, na madeira e outros produtos

agrícolas. Os portugueses estavam ali apenas como dócteis intermediários encarregados de assegurar a exploração destas riquezas pela população local.

O golpe de 25 de Abril, queda de um fascismo muito útil à estratégia imperialista arriscava-se a arruinar uma parte da construção. A menos que!... Em Lisboa, a C. I. A. meteu mãos à obra. Era necessário abrir brecha na frente formada pelo Movimento das Forças Armadas e pelos partidos de esquerda. Amantada a fera, os esforços seriam dirigidos em duas direcções: impedir todo e qualquer acto de descolonização que pudesse afectar as bases e os interesses americanos ou dos regimes racistas sul-africanos e criar e desenvolver um caos económico susceptível de favorecer uma «solução chilena».

A política de Spínola

O seu livro «Portugal e o Futuro» havia sido esquadrihado pelos serviços especiais americanos que nele não encontraram motivos graves de inquietação. Gozava de um passado anticomunista assaz reconfortante e não parecia disposto a queimar-se com o mundo imperialista.

O encontro com Nixon nos Açores, em 19 de Junho, mostrou-o mais que nunca como partidário de uma descolonização prudente, tendo como pano de fundo as teses federalistas e salvaguardando os interesses ocidentais — isto é, antes do mais, os americanos — nas colónias

portuguesas. Não havia ele reafirmado no discurso de 11 de Junho posições muito próximas das dos americanos no começo das conversações de Paris sobre o Vietname?

E foi ao comandante em chefe de corpo expedicionário na Guiné-Bissau que, logo à sua

chegada, o grupo Champalimaud voltado para as colónias e para o Brasil, havia oferecido um importante lugar. Não há dúvida que os americanos podiam entender-se com António de Spínola e graças a ele fazer triunfar «a sua» solução de independência de Angola.

Mobutu Sese Seko e Holden

No local, não havia problemas já que ali se podia contar com um aliado privilegiado: o Zaire ocupando uma posição estratégica de primeira ordem e cujo presidente Mobutu Sese Seko está em dívida com os E. U. A. que lhe deram pelo menos 430 milhões de dólares. Só a ajuda militar se elevou a cerca de 50 milhões de dólares. O campo de autenticidade acaricia também o sonho federalista, embora o não confesse: reagrupar o Zaire e Angola — incluindo naturalmente Cabinda — para consruir o conjunto africano mais rico, uma espécie de Brasil africano gozando de uma estabilidade regional sob o cajado do imperialismo internacional. Esta visão geopolítica, estes fantasmas do poderio há muito que encontravam ourelhas complacentes como eram os do seu recente cunhado Holden Roberto, agora, «leader» do F. N. L. A., a quem o Zaire serve de asilo e cujas simpatias pró-americanas não é necessário demonstrar. Senhor de um exército de 15 000 homens, treinados em particular pelos «boinas verdes»

americanos e cuja frescura não foi atingida pelos combates. O principal dos seus esforços gastava-se mais na oposição ao M. P. L. A. que na luta contra o agressor português. Holden Roberto escava naturalmente designado para se transformar no cavalo de Troia neocolonial em Angola. Na realidade, o «leader» do Governo revolucionário angolano no exílio (G. R. A. E.) foi desacreditado várias vezes aos olhos da opinião africana. Mas o acordo de Dezembro de 1962 entre ele e o M. P. L. A., numa preocupação de unidade dos movimentos de libertação, funcionou para Holden como um verdadeiro balão de oxigénio, o que confirmaria, aliás, os receios que se encontram enunciados num documento de difusão restrita distribuído aos militantes do M. P. L. A. em Julho de 1972: sendo certo que o M. P. L. A. é o único movimento progressista e revolucionário na conjuntura angolana actual, os centros de decisão do imperialismo têm todo o interesse em alargar o campo dos seus interlocutores. Assim seriam temperadas as posições radicais tomadas pelo M. P. L. A. durante a guerra. É debaixo deste ângulo que deve ser considerado o novo sopro de vida insuflado no F. N. L. A.

Continua na pag. 26

O PLANO DO NEOCOLONIALISMO EM ANGOLA

Continuação de pag. 23

Fortalecido com esta virginda de política completamente nova, Holden passava-se por líder dos movimentos de libertação angolanos, ao mesmo tempo que jogava um jogo cerrado para isolar o dr. Agostinho Neto e desacreditar o M. P. L. A. Tentou mesmo colocar na liderança do M. P. L. A. um personagem que conduzia uma acção fracionária e ambígua, Daniel Chipenda, sob o qual recavam fortes suspeitas de ser o principal instigador de um «complot» para assassinar Agostinho Neto. Desenvolveram-se estas manobras até no Congresso de Luanda em 13 de Agosto de 1974 mesmo na altura da verificação dos mandatos dos delegados, entre os 165 membros do grupo «Revolta de Leste» de Chipenda, havia 14 infiltrações do F. N. L. A. Tudo servia a Chipenda para se apoderar do M. P. L. A. inclusivamente autoproclicando-se presidente depois da saída dos partidários de Neto e do próprio Neto ou então fingir que subscreve o acordo tripartido de Brazzaville de 3 de Setembro último, que segue o Congresso para melhor difamar o presidente do M. P. L. A.

Entretanto, toda a sua ambiguidade desapareceu quando iniciou com o secretário do M. P. L. A. em Kinshasa. Denuncia a trégua estabelecida entre o M. P. L. A. e as Forças Armadas portuguesas, depois de haver recusado participar, sob pretextos falsos, no «Comité» Central do Movimento que Neto havia transferido o Quartel-General para o interior de Angola e o dinheiro do «Comité» de Libertação da O. U. A. havia sido dado integralmente ao presidente do M. P. L. A.

Os laços entre Mobutu e Chipenda estreitam-se cada vez mais. É necessário, no entanto, ainda ordenar as peças do «puzzle». Para isso pode confiar-se nos serviços americanos.

Algumas escaramuças

Em 17 de Setembro Mobutu e Spínola, os dois federalistas, encontram-se na ilha do Sal em Cabo Verde; Mobutu apresenta-se em nome de Chipenda, de Holden e Jonas Mabinho Savimbi, chefe da U. N. I. T. A., organização muito longe de ser despoletada dos militares portugueses, americano, ao 25 de Abril, já que estava implantada no distrito de Mosico, graças ao exército colonial com quem mantém relações amistosas, o mesmo acontecendo com representantes portugueses do grande capital. («Ver «África-Ásia» N. 567 de 8 de Julho de 1974).

Spínola, apresenta, o plano. Não se tratava para ele de negociar só com o M. P. L. A., autêntico representante dos combatentes do mato, depois dos primeiros confrontos de 1961. O dr. Agostinho Neto, havia feito uma opção muito progressista e as suas amizades com os países de Leste eram demasiado conhecidas. Não se lhe peça que se contente com uma independência formal e continta que as empresas continuem com a pilagem das riquezas do país. Como, porém, a sua popularidade é grande, a sua força considerável, a sua audácia internacional certa, é necessário incluir num conjunto em que se encontra cercado que ao longo prazo, acaba por se voltar os por o obrigá-lo a abandonar a sua independência em relação ao imperialismo.

Sobre os olhos empenhados dos americanos, Spínola toma em sua mão e com que vivacidade todos os aspectos da descolonização de Angola, como anunciou ele próprio em 22 de Setembro. (...)

Com a honra da guerra o F. N. L. A. podia assim concluir num cessar-fogo e participar nas negociações que acabariam

num Governo Provisório composto dos representantes dos três movimentos, e dos diferentes grupos políticos que incluíam naturalmente «os franceses». O verme neocolonial estava assim implantado solidamente no frum.

Quem eram, entretanto, estes «representantes» do povo angolano? Trata-se de múltiplos grupuculos nascidos a seguir ao 25 de Abril e que para fazer esquecer a sua passividade ou colaboracionismo durante o período colonial faziam muito barulho e se manifestavam com ruído e furor? Os que se entregam a manobras terroristas para cobrir actividades importantes?

Em 27 de Outubro, o almirante Rosa Coutinho, novo governador de Angola, denunciava duas tentativas de subversão. Com armas da ex-F. I. D. E. e homens recrutados entre as antigas unidades de elite do Exército português, o coronel Costa Campos e António Ferribo, «líderes» do Partido Cristão Democrático de Angola, (P. C. D. A.) deviam apoderar-se do Governo Provisório e proclamar uma independência rodriana. António Ferribo, fascista notório, não é senão o antigo perceptor do filho de Mobutu. O P. C. D. A., depois da fuga de Ferribo para Joanesburgo, encontrou um chefe na pessoa de Garcia Dungaia, antigo «pólo», que afirma ser o F. N. L. A. e na U. N. I. T. A. a verdadeira força política e material do país.

O mesmo Garcia Dungaia encontra-se à cabeça do Partido da União Popular Angolana (P. U. P. A.), ao passo que João Pedro Bala, que foi recebido por Mobutu em meados de Novembro, é director-geral de Aliança dos Povos de Angola (A. P. A.) e presidente do Movimento de

Defesa dos Interesses de Angola.

O Partido do Trabalho Angolano, dirigido por cinco antigos membros da P. I. D. E., o Partido Popular Monárquico, de Angola, de Alberto Aguilino, ligado às autoridades portuguesas depois de haver sido companheiro de Holden Roberto, a União Nacional Angolana (U. N. A.) ligada ao F. R. A. (Frente de Resistência de Angola), cujo representante a comparava à O. A. S., a Frente Unida de Angola (F. U. A.) do eng.º Fernando Falcão, presidente da Associação Comercial do Lobito e Catumbela e um dos principais embaixadores partidários da U. N. I. T. A., etc.

Sem falar na F. L. E. C. de Cabinda é claro, a lista está longe de ser exaustiva. Se é difícil não perder o pé neste maremagno de associações que se multiplicaram logo a seguir ao 25 de Abril, facto é que o general Spínola sabia muito bem como utilizá-las, já que em 20 de Setembro convocou para Luanda, 23 destas «personalidades», consideradas como representativas da vida política do país para conversações sobre a descolonização de Angola. Poucos dias antes da queda, o general do monóculo, prosseguiu no seu plano. Mudaram as coisas depois? Não? O espírito do «Sal palavra alinda as negociações. A entrevista de 10 de Outubro entre o general Fontes Pereira de Melo e Mobutu, Holden, Chipenda é prova disso, permitia a certos observadores presentes no iate do chefe de Estado zaireense, então, outra oração fúnebre pelo M. P. L. A. e felicitar-se, dado que «entre o realismo e as simpatias ideológicas, os novos senhores de Luanda pareciam ter feito uma escolha».

«Mas o spinolismo sem Spino-



Agostinho Neto: a outra face de uma política

la... Era necessário não contar com a lucidez de Agostinho Neto, nem com as reacções de países como a Zâmbia, Tanzânia e Moçambique, e a tomada de posição no capítulo da descolonização por parte da ala mais progressista do Exército português.

Os presidentes Kaunda e Nyerere, que durante muito tempo haviam mantido uma atitude compreensiva em relação a Chipenda, convenceram-se que a sua única finalidade era destruir Neto para tomar o seu lugar.

Chipenda juntou-se a Mobutu e Holden para criar um bloco sob a égide dos E. U. A., a fim de controlar a região e fazer cair uma sombra sobre os regimes progressistas, reconheceu Nyerere, fazendo-se eco da cólera de Kaunda. Num editorial de 30

de Outubro, o «Daily News» da Tanzânia lançou uma violenta filípica contra Chipenda, o aldrábro, o traidor, o ambicioso, pronto para bloquear a Libertação de Angola. Deveremos nós deixá-lo prosseguir? Aos dois chefes de Estado, juntou-se Samora Machel, presidente da Frelimo, que convidou Neto a unir os esforços aos dejes para fazer frente a Mobutu e ao plano do imperialismo.

É, portanto, um Agostinho Neto forte que vai negociar com os portugueses. Estes, por sua vez, decidiram barrar o caminho aos spinolistas, decidindo dar carta branca a Melo Antunes em tudo o que concerne aos problemas de descolonização. Não querem deixar cair Angola na órbita zairro-americano-imperialista.

A batalha de Luanda

Porque continuar, nestas condições, com o princípio de um gabinete de transição com quatro componentes? O Movimento das Forças Armadas, ou pelo menos, a sua ala mais progressista sabe tão bem como o M. P. L. A., os perigos que faz correr a uma Angola independente a F. N. L. A. e a U. N. I. T. A., Holden e Savimbi. Um agente confirmado da C. I. A., do imperialismo americano, agente de Mobutu, conduzindo uma política racial tanto face aos brancos como as etnias albeias à sua, a etnia bakongo. O outro, que, sob um delírio verbal pseudo-revolucionário, não consegue esconder as relações privilegiadas com os capitalistas brancos para quem é o mestias e que em Luanda são os seus mais ardentes propagandistas. A chegada da U. N. I. T. A. à capital, encontrou uma multidão de colonos hídrica que se movimentou a pé e em automóvel, presa ideal para provocadores. São estes dois movimentos que acabam de se unir numa frente cujo objectivo principal é cortar o passo ao M. P. L. A. Isto apenas confirma o temor pelo M. P. L. A. e pelos militares progressistas portugueses que, não eliminando, de choque, o F. N. L. A. e a U. N. I. T. A., queriam evitar uma vietnamização ou um acordo de brancos-Africa do Sul, tendo como cobertura Savimbi, o homem de todos os compromissos e que já reencontrou o «leader» ultra, Fernando Falção.

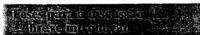
Fode pensar-se que foi para afastar este perigo que Melo Antunes e Agostinho Neto se encontraram. Está fora de questão,

com efeito, que a pasta do primeiro-ministro possa ser confiada a um representante do F. N. L. A., como Johnny Eduardo, encarregado das relações exteriores do Movimento, apoiado por Habib Chatni, ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, que tentara convencer Mário Soares, em Tunes, a 7 de Novembro. Este mesmo Johnny Eduardo, que Henry Kissinger chamou «Johnny best coon». Face à recusa de Mário Soares de se comprometer sobre este ponto, o F. N. L. A. teria avançado as suas pressões sobre o interior, a informação, assim como, sobre um lugar de vice-primeiro-ministro, sendo o outro confiado à U. N. I. T. A. Com o peso que lhe conferiu a nova repartição das cartas na região, o estreitamento dos laços com a China, que se prepara para fornecer instrumentos aos quadros do Movimento e a Rússia (dois generais e um membro do «Comité» Central contactaram o M. P. L. A.) assim como a manutenção do vice-presidente Joaquim Pinto de Andrade, actual «leader» da revolta activa, Agostinho Neto está em posição de conduzir o jogo político, que vai agora desenvolver-se em campo aberto. O enquadramento é claro: de um lado, o neocolonialismo e o imperialismo para além das silhuetas inquietantes de Holden-Chipenda-Mobutu e comparsas, fazendo o jogo dos E. U. A.; do outro, o povo angolano combatendo e por detrás dele todas as forças progressistas e anti-imperialistas da região e do Mundo, tendo como guarda avançado o M. P. L. A.

Oliveira, César

Portugal 75 – transição

César de Oliveira



MUITAS DIFICULDADES se levantam, nesta época natalícia de congressos, conferências, reuniões de cúpulas partidárias, etc. à discussão pública e fecunda da problemática política portuguesa, nomeadamente no que respeita à construção efectiva (teórica e prática) dos avanços da movimentação real das classes trabalhadoras para o socialismo. Tais dificuldades, se em boa parte resultam das próprias insuficiências da capacidade de análise e perspetivação, derivam também da impossibilidade real de fazer sentar a uma mesa ou perante um auditório membros da esquerda portuguesa (dos movimentos, dos partidos, das correntes de opinião e do próprio M. F. A.) para livremente e sem os habituais espartilhos partidários se discutir e reflectir em comum, **serena e pacificamente**, acerca dos difíceis caminhos da luta revolucionária em Portugal.

Por outro lado, na Televisão, na Rádio e na grande maioria dos órgãos de Informação escrita, uma série de obstáculos se costumam levantar à discussão de uma série de problemas (quer tais obstáculos sejam levantados em nome de um pretenso estatuto de neutralidade política, quer por haver pessoas e partidos que têm já prontas todas as respostas e, assim, na prática, apesar das aparentes e tempestuosas elocubrações intelectuais visíveis, nada se discute de fundo. Claro que a culpa é, como sempre, da «longa noite fascista», dos «48 anos de férrea ditadura» da dificuldade «em aprender a viver em democracia», etc.

Assim, venho mais uma vez à liça tentar provocar uma discussão pública, apelar para eventuais contraditores (que serão muitos seguramente), propor uma temática para uma discussão colectiva que, segundo parece, não será «apetível» das frustrações de um «intelectual» pequeno burguês (no caso com alguma fachada socialista), mas tem mesmo, no concreto da sociedade portuguesa neste fim-de-1974, bastante importância.

Feita esta já longa introdução, resta dizer que não tive grandes preocupações de descer a um grande rigor de fundamentação e análise que, de resto, não caberiam num artigo de um semanário.

1

Há uma relação dialéctica entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista (das forças produtivas, a consciência de classe e a organização política do proletariado. Esta relação dialéctica não existe abstractamente mas insere-se no processo da luta de classes (burguesia-proletariado) numa dada formação social concreta (no nosso caso a sociedade portuguesa).

A uma prática política revolucionária que vise a emancipação efectiva do proletariado e dos seus aliados históricos e potenciais tácticos (pequena burguesia urbana e rural, p. ex.) não é indiferente nem o nível e as expressões concretas da consciência de classe, nem a extensão e qualidade da organização política revolucionária das classes trabalhadoras. Em termos da relação dialéctica atrás aludida, a estrutura produtiva de uma dada sociedade capitalista, a composição social e o processo de formação do proletariado, a inserção de uma formação social concreta (numa dada fase) no modo de produção capitalista (fase do imperialismo, as expressões e as funções concretas do aparelho de Estado, a memória colectiva do proletariado não são «factores» a desprezar para uma correcta perspectiva da luta revolucionária.

Porém, está longe de haver uma correspondência mecânica entre o desenvolvimento das forças produtivas (instância determinante da superação do próprio capitalismo e a consciência e organização política de classe, a história do movimento operário e das sociedades contemporâneas têm mostrado que o acelerar do processo revolucionário de superação das contradições plasmadas pela sociedade classista tem muito a ver, em períodos e condições concretas, com factores conjunturais, isto é, momentos de crise económica e política, desenvolvimento da luta ideológica, prática política de classe, propagação e agitação.

Constituindo o aparelho de Estado, a ideologia, os exércitos, as escolas, a informação, as instituições políticas superestruturas concretas numa dada sociedade onde decorre um processo de luta também concreto, períodos há em que o político (o superestrutural) pode constituir-se numa sobre-determinação face à instância determinante (i. e. o desenvolvimento das forças produtivas), ou seja, numa dada sociedade poderá haver momentos em que a crise das superestruturas poderá criar condições que permitam uma resolução revolucionária das contradições entre

a burguesia e o proletariado qualitativamente mais avançada do que a permitida pelo desenvolvimento das forças produtivas num estágio determinado do seu processo evolutivo. A Rússia de 17, a China, Cuba em 58/60, a revolução no interior da guerra civil espanhola são exemplos muito ilustrativos.

Para a luta política revolucionária, tudo está em saber determinar qual a instância fundamental e dominante num dado momento da luta de classes: se a instância económico-social se a instância política.

Porém, só a teoria revolucionária, entendida aqui como sistematização das condições gerais e concretas para a superação revolucionária das contradições de classe, pode clarificar o sentido e a dimensão da luta política e da prática política de classe numa dada sociedade. Teoria revolucionária, prática política colectiva e organização são, todavia, elementos indissociáveis. Só a teoria revolucionária poderá elaborar as perspectivas políticas que façam inserir o avanço revolucionário nas conjunções determinantes do processo de transformação numa sociedade concreta. Ou se privilegia a luta económica e social ou se aproveitam as condições geradas por uma crise nas instâncias superestruturais. Articular um e outro polo com o privilegiar correcto da instância dominante é função da teoria revolucionária.

2

O 25 de Abril abriu um processo de luta política cujas contradições foram parcialmente resolvidas pelo 28 de Setembro. Se o capital dominante tinha um peso político considerável no período anterior ao 28 de Setembro, viu, a partir desta data esse peso ser restringido. Entre o bloco social dominante (burguesias, capitalistas, lideradas pelo capital financeiro) e o poder político não há, neste momento, a correspondência anterior ao 28 de Setembro e muito menos a existente em 24 de Abril.

Há, portanto, e isto para uma evidência claríssima, uma crise política do bloco social domi-

nante na sociedade portuguesa.

Se essa crise política corresponde em grande parte ao processo de reconversão do capitalismo no interior desse bloco social dominante, também é certo que o centro de decisão política fundamental (M. F. A.) só parcialmente tem a ver com tal processo de reconversão que, de resto, se insere na crise actual do capitalismo mundial.

Por outro lado nem o desenvolvimento das forças produtivas em Portugal, nem a consciência de classe, nem a organização revolucionária de classe atingiram um estágio que, mesmo na presença de uma crise económica e social do bloco so-

cial dominante, façam da instância económico-social o polo fundamental da superação das contradições na sociedade classista em Portugal.

Dado a não correspondência estrita entre o poder político e o bloco social dominante, parece evidente que a instância superestrutural (poder político, aparelho de Estado, etc.) é sobre-determinante no processo da luta política revolucionária. Isto é, a transformação nas superestruturas é susceptível de acelerar o processo e a expressão da luta de classes em Portugal, de modo a que avanços qualitativos da luta dos trabalhadores possam exprimi-se.

3

Uma das soluções preconizadas por alguns ou mesmo todos (tudo vai do como se dizem certas coisas) partidos da coligação é a institucionalização da democracia pluralista o que significa institucionalização da democracia burguesa parlamentar (qualquer que seja o tipo). A democracia pluralista seria assim uma fórmula política que sem o explicitar claramente permitiria a reconversão do capitalismo em termos de o adaptar para a Europa do Mercado Comum quer a uma nova ordem política. Na prática, pois, uma nova forma de continuar a dominação política do bloco social dominante; apesar de quase todos ou mesmo todos os partidos da coligação propõem estratégias antimonopolistas, esquecem-se de que o capital monopolista, sendo a última fase do processo de desenvolvimento capitalista poderá encontrar nos «holdings» estatais uma via adequada, se na iniciativa pública não for dado o papel fundamental aos trabalhadores.

No entanto, a tal democracia pluralista pressupõe uma burguesia capitalista capaz de suportar e absorver no seu próprio processo económico-social-político boa parte das reivindicações de classes trabalhadoras cujo salário mínimo é, agora, de 1 300\$00.

A burguesia capitalista, tendo tido certa margem de manobra que o imperialismo lhe concedeu, encontra-se hoje altamente dependente (económica, finan-

ceira e tecnologicamente) do capital estrangeiro e, como realizou o seu processo de acumulação por intermédio da sobre-exploração dos trabalhadores e da repressão sistemática, não pôde encontrar nos quadros da democracia burguesa típica (esta é sempre pluralista) solução para a sua própria crise.

Admitindo que o P. P. D. e o C. D. S. são as principais forças políticas interessadas no processo de reconversão do capitalismo português e que poderiam ganhar as duas próximas eleições, algumas questões subsistem. O que fariam os sindicatos? E a Inter-sindical? E os estudantes? E os compositores organizados do Alentejo e do Ribatejo? E o M. F. A.?

Parece que só a repressão poderia permitir a hegemonia política daqueles partidos e, assim, lá ia a democracia pluralista por água abaixo. Nem o P. D. P., nem o C. D. S., podem ser Governo viável sem grande repressão às lutas e organização dos trabalhadores.

Parece pois que, perante a força social dos trabalhadores, perante a crise económica do bloco social dominante, perante a dependência da burguesia capitalista, só uma solução autoritária — repressiva de «fachada democrática» — pode ser originada pela insolvência no projecto democrato-pluralista. Desta solução a fórmula fascizizante é um pulo de criança...

4

A revolução socialista a médio prazo só seria possível se fossem realizáveis entre outras três condições fundamentais:

a) o capitalismo não encontrar saída política nos quadros políticos que o seu próprio processo de desenvolvimento implicava.

b) o imperialismo, em cuja zona de influência se encontra Portugal, se desinteressar da solução política da problemática e da actual crise portuguesa;

c) ser possível, a muito curto prazo, acelerar o processo de formação da consciência de classe (o que só poderia acontecer na luta contra o capital), e a rápida organização, em termos de uma vanguardia revolucionária autêntica, dos trabalhadores e do proletariado. Exigir-se-ia também a definição de um projecto político revolucionário e socialista que aglutinasse e enquadrasse, embora com subalteridade, a pequena burguesia urbana e rural. O «deslocamento» para a esquerda da pequena burguesia seria condição deste projecto.

Não parece, pela forte influência nas soluções políticas portuguesas do imperialismo, que a segunda condição seja viável, nem parece que o desenvolvimento das forças produtivas em Portugal, porque integrado numa formação social que, ainda que em crise, se não esgotou a si própria torne ceteris paribus a primeira condição. Aparente também na enorme influência, e de resto gradatamente dominante, do P. C. P. nas classes trabalhadoras e do P. S. P. na pequena burguesia o que vem a impossibilitar a concretização, a curto prazo, da terceira condição, dada a predominância do reformismo.

J79

para o socialismo?

5

É um facto evidente a crise política em termos da hegemonia no poder político, no aparelho de Estado, na informação, em suma nas superestruturas do bloco social dominante. O próprio M. F. A., como vanguarda organizada das Forças Armadas, não é linearmente o braço armado do bloco social dominante o que agrava a crise das classes dominantes e reforça a natureza sobredeterminante da instância política no actual estágio da luta de classes em Portugal.

Assim, torna-se necessário impedir (como tarefa fundamental) que o bloco social dominante hegemonize a sua dominação nas superestruturas, nomeadamente no poder político, ao mesmo tempo que, no económico-social, se deverá impedir também a «recuperação» da burguesia capitalista no seu processo de reconversão da exploração ca-

pitalista sobre os trabalhadores.

Este «impedir global», a todos os níveis portanto, da recuperação burguesa só poderá fazer-se por um confronto permanente quer com o poder político quer com o capital, no terreno fundamental da exploração: a fábrica, a empresa, o campo. Mas esta via, sendo essencialmente construída na negação da ordem social e política existente, conduz, por ausência de perspectivas revolucionárias de saída para a crise política do bloco social dominante e ignorar também a natureza sobredeterminante da instância política, inevitavelmente às soluções autoritárias já referidas. Isto porque não parece que a burguesia dê tempo a que se verifiquem as condições essenciais para a revolução socialista nem para que possa permanecer-se por muito tempo nas actuais condições de crise política, económica e social.

6

A grande questão e porventura a questão essencial a discutir e a resolver é, por conseguinte, esta: sendo sobredeterminante a instância política na actual fase do desenvolvimento das forças produtivas, sendo inviável a revolução socialista, pelo menos a curto e a médio prazo em que condições e como pode concretizar-se uma fase de transição que, evitando as soluções autoritárias de fachada democrática ou/é fascizantes, abra de facto perspectivas para a construção do socialismo em Portugal?

Como pode aproveitar-se a crise política do bloco social dominante para criar condições que levem à destruição do capitalismo, à construção do socialismo como etapa para a sociedade sem classes?

Esta fase de transição só poderá realizar-se se envolver o M. F. A. (como um dos centros essenciais do poder político) as for-

mações políticas de esquerda que lutam pelo socialismo e que tem influência real nas massas trabalhadoras e -nas pequenas burguesias e se houver garantias de que, no seu decurso, o processo revolucionário se desenvolveria como expressão da movimentação e da capacidade colectivas dos trabalhadores portugueses.

Assim a fase de transição teria de garantir a coerência de uma estratégia antimonopolista que só é concebível se for também, adequadamente, anticapitalista e a expressão política, ao nível das superestruturas, da movimentação colectiva do proletariado e seus aliados; isto é: a fase de transição para o socialismo teria de implicar o avanço, a cada momento, nas estruturas produtivas e no poder político, da luta dos trabalhadores sob pena de efectivamente não ser transição para o socialismo e se sair por ser apenas uma nova fase da gestão capitalista.

7

A forma política de garantia desta fase de transição para o socialismo (e aqui a solução será necessária) de viabilidade a discutir) será a unidade popular que obviamente incluirá o P. C., P. e o P. S., mas excluirá o P. P. D., alargando à esquerda o leque das forças políticas.

Ora a experiência trágica da unidade popular chilena e o fracasso histórico das frentes populares obrigará a reflectir com ponderação, esta viabilidade, o que deverá exigir longa e maturada discussão que, dada as condições contra-relógio da acção política em Portugal, parece dever fazer-se com muita urgência.

No entanto, e isto torna abso-

lutamente original o caso português, momentaneamente enquanto persistir a crise referida, não houve até hoje nenhuma experiência de unidade ou frente popular na presença de três condições que se observam em Portugal e que condicionarão obviamente esta opção política fundamental:

a) a existência de Forças Armadas, hegemónicas por um M. F. A. onde, ao que parece, a iniciativa não tem pertencido nem parece que venha a pertencer no imediato a tendências políticas conservadoras ou ao serviço da burguesia. O actual processo de reconverso das F. F. A. R., o papel do M. F. A. em que medida poderia facilitar

o triunfo de uma unidade popular?

b) hegemonia política em parte das superestruturas de forças de esquerda (P. C., P., P. S. P., M. D., P.J.C., D. E.) e desorganização relativa das forças políticas de direita.

c) a sociedade portuguesa saiu simultaneamente do fascismo e do colonialismo num período de crise do capitalismo à escala mundial. A crise política originada pela saída pode somar-se a crise das burguesias da Europa mediterrânica e a aproximar de Portugal com o Terceiro Mundo. Como jogam estes factores em termos da vitória de uma unidade popular?

8

Não há período ou fase de transição para o socialismo sem um projecto político revolucionário que perspetive desde já as condições concretas da transição, isto é, deverá ser claramente explicitada a hegemonia de uma prática política anticapitalista, no interior da

própria fase de transição, como garantia da construção do socialismo e da donanização da iniciativa anticapitalista das massas populares. Isto exige quer alterações profundas no aparelho de Estado de modo a abrir al perspectivas para um movimento de massas e uma política

económica e social que não vise o equilíbrio entre o capital e o trabalho.

9

A questão das eleições para a constituinte, na eventual possibilidade do seu adiamento, deverá ser discutida em função da viabilidade desta fase de transição e da viabilidade da unidade popular.

Um projecto de constituição que clarifique, ainda que em termos gerais o significado institucional anticapitalista que exprima, institucionalizadamente, o desenvolvimento da dinâmica das massas populares em movimento e ao mesmo tempo interesse o M. F. A. na transição para o socialismo deverá constituir uma peça que, por acessória, não deverá, nas actuais condições deixar de ser conside-

rada no processo revolucionário em curso. Como articular correctamente a unidade popular, a transição para o socialismo e a nova Constituição? E as próximas eleições?

Há por certo algumas questões que aparecem confusas e outras ainda extremamente controvertidas. E alguns casos foi propostadamente que se deixaram mais interrogações que afirmações; noutros só a discussão colectiva pode fazer avançar a clarificação. O secretismo, a discussão de corredor, a metafísica dos acertos obtidos nos gabinetes sem pública discussão, em nada favorece uma saída progressista para a problemática

portuguesa.

Uma coisa parece evidente: sobre a esquerda portuguesa, sobre as forças que lutam pelo socialismo e por uma sociedade sem classes uma grave responsabilidade cai sobre os seus ombros. Por certo ninguém querrá um dia ser julgado e condenado pela História em virtude de termos preferido agora a divisão à unidade revolucionária, o secretismo à discussão colectiva, a insinuação torpe e a insídia de baséido, à expressão e discussão pública das divergências de modo a que a unidade na diversidade, mas a unidade com princípios e visando uma estratégia revolucionária.